

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Trabalho de Graduação Individual – TGI

***A difusão recente de equipamentos e sistemas de segurança
patrimonial nas cidades brasileiras e a “securização” da
cidade de São Paulo***

Caio Vinicius Maranhão

Orientador: Prof. Fabio Betioli Contel

São Paulo

2022

Lista de Mapas

Mapa 1: Mapa do padrão de agrupamento de São Paulo (2019)	9
Mapa 2: Mapa de habitações de baixa renda em São Paulo (2021)	13
Mapa 3: São Paulo. Porcentagem média de roubo a transeuntes (2006 - 2017).....	46
Mapa 4: São Paulo. Taxa média de roubos a transeuntes por 100 mil habitantes (2006- 2017).....	47

Lista de Figuras

Figura 1: Paisagem de Paraisópolis e Morumbi	19
Figura 2: Placa colocada em empresas e comércios indicando a presença de câmeras de vigilância e modelo de câmeras de vigilância	27
Figura 3: Capa da revista Veja	36
Figura 4: Casa antiga na Vila Formosa que não passou pelo processo de securização, Zona Leste de São Paulo	38
Figura 5: Casa com objetos de segurança à venda na Vila Formosa já securizada, Zona Leste de São Paulo	38
Figura 6: Manchete sobre caso de racismo em de roubo de bicicleta no Leblon em 2021	56
Figura 7: Manchete da resolução sobre o caso de racismo no Leblon em 2021 ..	56

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Brasil: População em situação de rua nas metrópoles (2013 - 2020) ..	17
Gráfico 2: Brasil: Evolução recente do número de Mortes Violentas Intencionais (2011-2020)	26
Gráfico 3: Brasil: Série histórica da taxa de Mortes Violentas Intencionais para cada 100 mil habitantes	27
Gráfico 5: Estado de São Paulo – Morte violenta intencional, morte de policiais e mortes por intervenção policial (2020)	43
Gráfico 6: São Paulo – Morte violenta intencional, morte de policiais e mortes por intervenção policial (2020)	43
Gráfico 7: Brasil – Taxa de vítimas de Mortes Violentas Intencionais - por tipo de ocorrência e raça/cor (2020)	44
Gráfico 8: Estado de São Paulo – Número de vigilantes e agentes de segurança (2021)	48
Gráfico 9: Brasil. Empresas de serviço de segurança privada por tipo de autorização (2020)	49
Gráfico 10: Estado de São Paulo – Saldo entre admissões e desligamentos de vigilantes (2015 - 2021)	50
Gráfico 11: Brasil – Evolução da população prisional por cor/raça (2005-2020) ..	53

Sumário

Introdução	3
Capítulo 1. As grandes cidades no Brasil, a pobreza: segregação socioespacial e falta de cidadania	6
Capítulo 2. O aumento recente da violência, o discurso do medo e as formas do processo de securização urbana	21
Capítulo 3. A ascensão das empresas de segurança privada patrimonial. Consequências da securização do espaço urbano	41
Considerações finais	57
Referências Bibliográficas	59

Introdução

O processo de securização¹ nunca havia me transparecido na paisagem como após o ano de 2017, quando me mudei para São Paulo. A capital paulista aparenta uma paisagem única das metrópoles, com seus prédios comerciais, condomínios de apartamentos, enclaves fortificados e outras configurações urbanas que remetem ao processo de securização e de formação de paisagens preocupadas com a segurança pessoal e patrimonial. Estes processos e formas urbanas vem sendo estudados a partir do conceito de “securização”, que pode ser definido como “implantação de aparatos de segurança no território, suas origens, relações, efeitos e decorrências”, segundo Melgaço (2010, p. 66-67)

De início esse processo me parecia ser algo exclusivo das metrópoles e cidades grandes, porém, ao retornar para o interior de São Paulo – na cidade de Tatuí –, cada vez mais percebia configurações na paisagem que remetiam à securização. A mudança de preferência de loteamentos residenciais para o modelo de condomínio de apartamentos ganhando o mercado imobiliário, as transformações nas paisagens das residências, cada vez mais contando com cercas elétricas, câmeras de segurança, sensores de movimento, portões e muros altos, placas sinalizando a presença de monitoramento a partir de alguma empresa privada. Todos esses elementos se tornavam cada vez mais comuns no ambiente construído, algo que me parecia estranho, pois em 2019 o Ipea classificou essa cidade do interior mencionada, Tatuí, como a 4ª menos violenta do país, segundo o atlas da violência de 2019.

Esse panorama, somado com meu crescente interesse sobre a temática da arquitetura hostil – que vem cada vez ganhando mais evidência nos debates sobre o urbano e cidadania –, despertou o interesse no assunto sobre a segurança, mais especificamente o processo de securização. De início o objetivo era entender aspectos, difusão e consequências da securização e o aumento dos equipamentos de segurança patrimonial no centro da cidade de São Paulo. Com a leitura do

¹ Escolhemos pelo uso do neologismo “Securização” pelo fato de não haver um termo na língua portuguesa que se refira a implementação de aparatos de segurança no território, pois o termo Securitização já é definido segundo o dicionário Houaiss como o ato de tornar uma dívida qualquer com determinado credor em dívida com compradores de títulos no mesmo valor. Optamos então pelo neologismo atribuído por Melgaço (2010).

trabalho de Caldeira (2000), passou a fazer parte de nossas preocupações a realização de um trabalho de campo nas áreas em que ela detalha em seu livro; porém, mesmo após a atrasada vacinação da população isso não se tornou possível. Não houve momentos completamente estáveis para a realização do trabalho de campo, se tornando uma atividade que coloca em risco a saúde de muitos envolvidos. Assim, achamos que seria mais adequado privilegiar a pesquisa bibliográfica e documental, ampliando o escopo da investigação para além do centro da cidade de São Paulo. Cabe a ressalva que nossa pesquisa bibliográfica também foi comprometida pela pandemia do Covid-19, com o não acesso às bibliotecas, localizadas na Universidade de São Paulo, houve uma limitação de títulos e obras que pudéssemos consultar, além de muitos títulos possuírem qualidade digital reduzida em comparação com sua versão original em livro.

Com todos esses empecilhos voltamos à metodologia citada anteriormente, fundada sobretudo na revisão bibliográfica e na pesquisa documental. A partir delas, procuramos dividir o seguinte trabalho em três momentos principais:

1. o primeiro foi o de entender a organização territorial das cidades, para analisar o agrupamento da cidade de São Paulo nos dias de hoje, em que buscamos levantar algumas questões sobre a cidadania e a garantia de direitos para seus moradores. Nesta primeira parte do argumento, procuramos analisar melhor o cotidiano dos grupos da cidade, pois acreditamos que há uma forte segregação e discriminação social em curso, tendo como fatores causais o próprio território em que as populações urbanas vivem. Deste modo, pode-se dizer que a criação dos enclaves fortificados seriam justificados para manter o homogêneo junto e o heterogêneo separado, sendo essa também uma das premissas do processo de securização.
2. A segunda parte do enredo é dedicada a entender melhor o processo de securização e sua complexidade, por se tratar de um tema que envolve tanto o ambiente construído urbano quanto a segurança, assim como a violência. Especialmente estas duas últimas categorias não são fáceis de manejar, pois são polissêmicas, sendo que a segurança está – dialética e – intimamente relacionada com a liberdade e o fechamento de espaços; já a violência possui uma dialética com o *mercado da segurança*, o *mercado da informação* e o sistema político, de forma que as duas categorias se comunicam e nos auxiliam a explicar a complexa realidade das cidades brasileiras contemporâneas.

Neste contexto, pudemos nos valer de outros dois conceitos fundamentais para nosso estudo, a tecnoesfera e a psicosfera, que nos pareceram bastante operacionais para o entendimento do processo de securização em curso. Estes dois conceitos nos ajudaram a entender este processo que modifica o ambiente construído e a paisagem urbana, e se materializa na forma de enclaves fortificados, condomínios de apartamentos e sistemas técnicos de vigilância e segurança, como arames farpados, portões elétricos, sistemas de monitoramento, sensores de movimento, portões e muros altos, leitores biométricos, guaritas, separação de entrada entre visitantes e moradores, etc.

3. Por fim, na terceira parte desta monografia, buscamos recolher dados sobre a violência e problemas estruturais que ocorrem no Brasil, como o caso do racismo e ataque às minorias. Procuramos também dados sobre o aumento das empresas de segurança privada no território e as consequências dessa expansão e da difusão dos equipamentos de segurança.

Chegamos então na constatação de que o processo de securização aumenta as desigualdades sociais, a sensação de insegurança e reafirma as diferenças, e caminha se opondo às condições da realização da democracia e cidadania, como mostra Caldeira (2000) de forma tão clara:

Entre as condições necessárias para a democracia está a de que as pessoas reconheçam aqueles de grupos sociais diferentes como concidadãos, com direitos equivalentes apesar de suas diferenças. No entanto, cidades segregadas por muros e enclaves alimentam o sentimento de que grupos diferentes pertencem a universos separados e têm reivindicações irreconciliáveis. Cidades de muros não fortalecem a cidadania, mas contribuem para sua corrosão. (Caldeira, 2000, p. 340)

1. As grandes cidades no Brasil, a pobreza: segregação socioespacial e falta de cidadania

O mundo contemporâneo, com suas metrópoles e globalização, tem como uma das principais preocupações dos cidadãos a segurança. Junto a ela soma-se a preocupação com o aumento da violência. Esses temas atravessam o cotidiano das pessoas, pois passam a fazer parte também do que é divulgado em massa pela grande mídia, informações que por sua vez são consumidas pelos cidadãos (Souza, 2008). Essas duas categorias, violência e segurança, estão intimamente conectadas, sendo interdependentes. Neste contexto, podemos dizer que as práticas de violência não estão dissociadas do espaço geográfico, como mostra um importante estudioso do tema:

Aqui também o espaço comparece em sua dupla qualidade de produto social e condicionante das relações sociais. Das formas tipicamente urbanas de segregação residencial à densidade tipicamente urbano-metropolitana de determinados fenômenos, passando por estratégias de sobrevivência e práticas delituosas caracteristicamente associadas à concentração espacial de determinadas oportunidades: no que concerne à presença ou, pelo menos, à frequência de certas manifestações de violência, as características da espacialidade das cidades tanto colocam problemas específicos quanto sugerem ações específicas de enfrentamento (Souza, 2008, p. 12).

Contudo, cabe dizer que tanto a violência como a segurança não são conceitos que são definidos com exatidão, pois:

A seleção de uma dimensão, como em qualquer interação social, deixa todas as outras dimensões possíveis nos bastidores. O risco que corre a ciência social, ao preferir uma dimensão a outra do conceito nessa escala, é o de participar da violência seja no plano normativo da escolha, seja nos efeitos de violência que pode produzir ou justificar (Misse, 2016, p. 60)

Mas isso não tira a importância de se analisar tais questões. Afinal, “A violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (Caldeira, 2000, p. 9). Assim, o estudo de tais categorias se faz necessário para entender a configuração espacial das cidades brasileiras.

A questão da violência e da segurança para os cidadãos de São Paulo é associada com a questão de classe. Nos anos 1940, podemos dizer que havia

um padrão mais claro de divisão expressiva entre centro-periferia na organização das cidades brasileiras. Esse padrão tem quatro características principais. Segundo Caldeira (2000, p. 218), ele era: 1) disperso em vez de concentrado - a densidade populacional caiu de 110 hab/ha em 1914 para 53 hab/ha em 1963; 2) as classes sociais vivem longe uma das outras no espaço da cidade: as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem-equipados, os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal; 3) a aquisição da casa própria torna-se a regra para a maioria dos moradores da cidade, ricos e pobres; 4) o sistema de transporte baseia-se no uso de ônibus para as classes trabalhadoras e automóveis para as classes média e alta.

Esse padrão persistiu até o final dos anos 1980 e foi associado à ilusão de paz social, pois

Essa separação dos grupos sociais na cidade esteve associada a um período de relativa desatenção às diferenças de classes. Pelo menos três fatores contribuíram para essa desatenção e ajudaram a criar um silêncio e uma separação entre as classes, que muitos interpretaram como um sinal de paz social. Primeiro, a separação espacial das classes tornou seus encontros pouco frequentes e restritos principalmente à circulação em algumas regiões centrais. Segundo, o crescimento econômico a partir dos anos 50, e especialmente durante os anos 70 - os "anos do milagre" -, gerou otimismo e ajudou a fortalecer a crença no progresso e na mobilidade social. Terceiro, a repressão dos governos militares banuiu organizações políticas e a expressão pública de oposição ao regime (Caldeira, 2000, p. 230)

Tal padrão se manteve até o final do regime militar, que pode ser formalmente datado no ano de 1985. A partir do final dos anos 1990, São Paulo passou por tantos processos que transformou expressivamente o padrão de distribuição dos grupos sociais e atividades em sua Região Metropolitana. A relação da "oposição centro-periferia continua a marcar a cidade, mas os processos que produziram esse padrão mudaram consideravelmente, e novas forças já estão gerando outros tipos de espaços e uma distribuição diferente das classes sociais e atividades econômicas" (Caldeira, *op. cit.*, p. 231). Essa nova forma complexificou a desigualdade social no território de São Paulo.

Entre os processos que contribuíram para a transformação estão os seguintes:

1. A diminuição do crescimento populacional, combinada com uma emigração;

2. A transformação nos padrões residenciais em que moradores ricos deixaram as áreas centrais para habitar áreas mais distantes, morando em enclaves fortificados.

Junto a isso, houve um aumento das dificuldades para a aquisição de casas por meio da autoconstrução para os trabalhadores pobres, causado pelo empobrecimento da crise econômica dos anos 1980 e as melhorias de infraestrutura nas periferias (inclusive a legalização de terrenos).

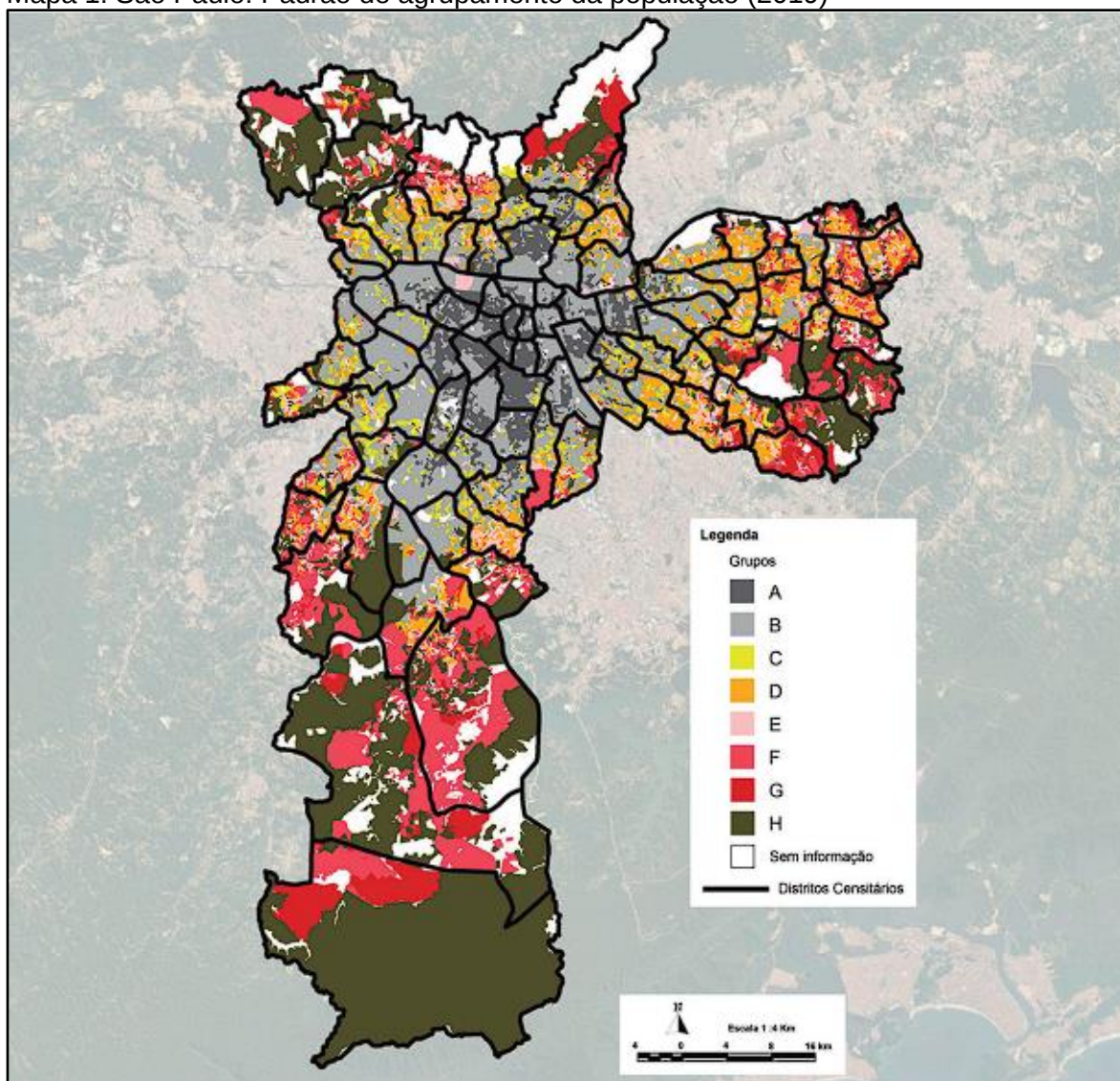
Ou seja, a renda desses trabalhadores diminuiu enquanto a periferia ficou mais cara. Assim, a autoconstrução foi deixada de lado e como alternativa optaram por viver com cortiços ou favelas, que tiveram um grande aumento nesse período. (Caldeira, *Ibidem*, p.231)

Atualmente, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) chegou à conclusão de que o padrão de organização espacial de São Paulo não comporta uma estrutura tipo centro-periferia, que está presente no senso comum ainda hoje; segundo o Núcleo, os estudos sobre os padrões urbano-demográficos da capital paulista apontam que nesta metrópole há um espaço heterogêneo, fragmentado e hierarquizado. Esses padrões condicionam várias dimensões da estrutura social que nele se reproduzem.

A capital paulista seria representada então por 8 tipos diferentes de fragmentação urbana de escala local, que não refletem as administrações político-administrativas e são fortemente correlacionados com a época de sua ocupação, vinculados a processos históricos mais amplos, como a (des)industrialização e a metropolização (Nery *et al*, 2019, p. 29).

Tal estudo levou à criação de um mapa clusterizado, que representa o atual padrão dos grupos urbano-demográfico espacializados da capital paulista. Procurando materializar o que foi analisado em pesquisa sobre os grupos o mapa a seguir surgiu (página seguinte):

Mapa 1: São Paulo: Padrão de agrupamento da população (2019)



Fonte: Nery et al (2019)

Esses grupos seriam os seguintes, segundo Nery et al (2019):

1. Grupo A: está concentrado na área central, caracteriza-se por uma área de urbanização antiga, período anterior a 1930, sendo totalmente urbanizado no período de 1950-1962. Caracterizado por habitações de uso coletivo (hotéis, motéis, pensões, hospitais e clínicas com internação, alojamento de trabalhadores ou de estudantes etc.). Possui a maior proporção de verticalização (75,9%), locais de grande atividade econômica como a Avenida Paulista e a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini. Além disso, há ainda uma concentração proporcionalmente elevada da população de alta renda (8,6%);

2. O Grupo B também se localiza majoritariamente na área central da metrópole, urbanizada majoritariamente entre os anos 1930 e 1949 e 1950 e 1962, sendo totalmente urbanizado no período entre 1975-1985. Esse grupo apresenta características semelhantes ao Grupo A no que se refere aos domicílios particulares permanentes, aos aglomerados subnormais e às condições sanitárias. Se difere pela baixa densidade demográfica e sua pequena variação. Hoje são áreas predominantemente residenciais e reúnem algumas das áreas mais valorizadas da cidade;
3. O Grupo C teve seus setores urbanizados entre 1950 e 1962 e coincide com a migração das pessoas que viviam ali para áreas ocupadas por grupos sociais de menor renda. Conta com um número reduzido de aglomerados subnormais, boas condições sanitárias e com um alto número de população de alta renda (5,5%), diferenciando-se dos outros grupos (A e B) pela grande variação de crescimento populacional e densidade demográfica. É uma área de urbanização radial, com a ocupação do entorno da mancha urbana de 1949;
4. O Grupo D também foi urbanizado entre 1950-1962, os setores do Grupo D exibem uma elevada variação de verticalização. Mas, apesar dessa variação, seus índices de verticalização ainda são baixos. Possuem uma localização geográfica semelhante ao Grupo C por serem de períodos da mesma mancha urbana de 1949, porém são áreas mais periféricas e com infraestrutura mais inadequada, possuindo maior número de aglomerados subnormais se comparado com os grupos A, B e C;
5. O Grupo E também é do mesmo período que os grupos C e D, porém possuem maiores índices de aglomerados subnormais (25,5%), também havendo domicílios improvisados (0,1%) e um menor índice de chefe de família de renda alta (0,1%). Esse grupo foi o mais atingido pelas migrações e pela demanda por habitação nos anos 1950. Isso veio a consolidar uma quantidade expressiva de imóveis sem uso nas áreas de urbanização consolidada ou de urbanização antiga. Nessa área houve um grande interesse em sublocação de imóveis, fomentando a formação de cortiços e favelas. Essa área era de interesse para as classes de menores rendas que queriam reduzir os grandes deslocamentos;

6. O Grupo F teve sua urbanização ocorrida entre 1950 e 1985 e prosseguindo até 2010. Nesse grupo há uma baixa variação de domicílios particulares permanentes, por setores com padrão de alto homicídios, há uma alta quantidade de aglomerados subnormais (18,2%), localizados em zonas de manancial (31,5%) e em áreas de risco (22,2%). Esse grupo possui setores de áreas de urbanização não consolidada e precária, localizados nos limites externos do município. São áreas de cabeceiras de riachos e de córregos;
7. O Grupo G possui uma variação de verticalização extremamente elevada. Sua urbanização iniciou no período 1963-1974, conta com uma evolução da densidade demográfica e dos aglomerados subnormais. O grupo G seria referência do processo de urbanização desordenada e o processo de favelização, marcado pela insegurança habitacional e má qualidade dos serviços públicos prestados à população;
8. Por último, o grupo H. Esse grupo apresenta o segundo maior com áreas de risco e os piores índices de atendimento de água (96,6%), esgoto (99,9%) e coleta de lixo (99,3%). Possui uma população de baixa renda e baixa densidade demográfica, além de setores com padrão alto de homicídios.

Além de propor esta detalhada classificação, Nery et al (2019) apontam que duas das componentes principais da desigualdade no espaço urbano paulista são as condições de vida do chefe de família (principalmente sua alfabetização e renda) e as condições habitacionais (densidade populacional e perfil construtivo local). Os autores apontam ainda que o saneamento básico é um importante indicador de desigualdade intra-urbana, além da taxa de homicídios para a diferenciação entre os grupos F e H (que apresentam os piores indicadores sociais). Tais componentes novamente indicam a característica de classe da segregação social de São Paulo, e como tal condição se faz estrutural no processo de padronização da ocupação do território.

Como pensarmos nos processos histórico-geográficos que deram origem a esta violenta segregação em São Paulo? Como mostra Teresa Caldeira (2000), o processo de ocupação da capital paulista foi baseada no mito da “Paz Social” como dito anteriormente, porém com a crise instalada após o chamado “milagre econômico”, da década de 1970, houve o deslocamento das populações mais ricas para fora do centro de São Paulo. Suas novas moradias foram

arquitetadas no tipo de enclaves fortificados, que serão vistos com mais detalhes em outro capítulo, assim como ocorreu uma verticalização das moradias, ocasionando na complexificação das territorialidades urbanas. Esse processo levou a uma divisão territorial da pobreza que não é mais baseada em esquemas clássicos do tipo “centro-periferia”, mas agora está localizada em toda a mancha urbana, variando apenas em sua intensidade.

Para entender melhor esta situação, cabe também lembrarmos a classificação proposta pela organização HabitaSampa². Eles organizam o agrupamento de cortiços como “assentamentos precários”, que se caracterizam como habitações coletivas precárias de aluguel, e que frequentemente apresentam instalações sanitárias compartilhadas entre vários cômodos, com uma alta densidade de ocupação e infraestrutura precárias. As maiores concentrações de cortiços se dão nas áreas centrais da cidade.

Há ainda os chamados “núcleos urbanizados”. Eles são favelas dotadas de 100% de infraestrutura de água, esgoto, iluminação pública, drenagem e coleta de lixo, porém, ainda não regularizadas do ponto de vista fundiário e edílico.

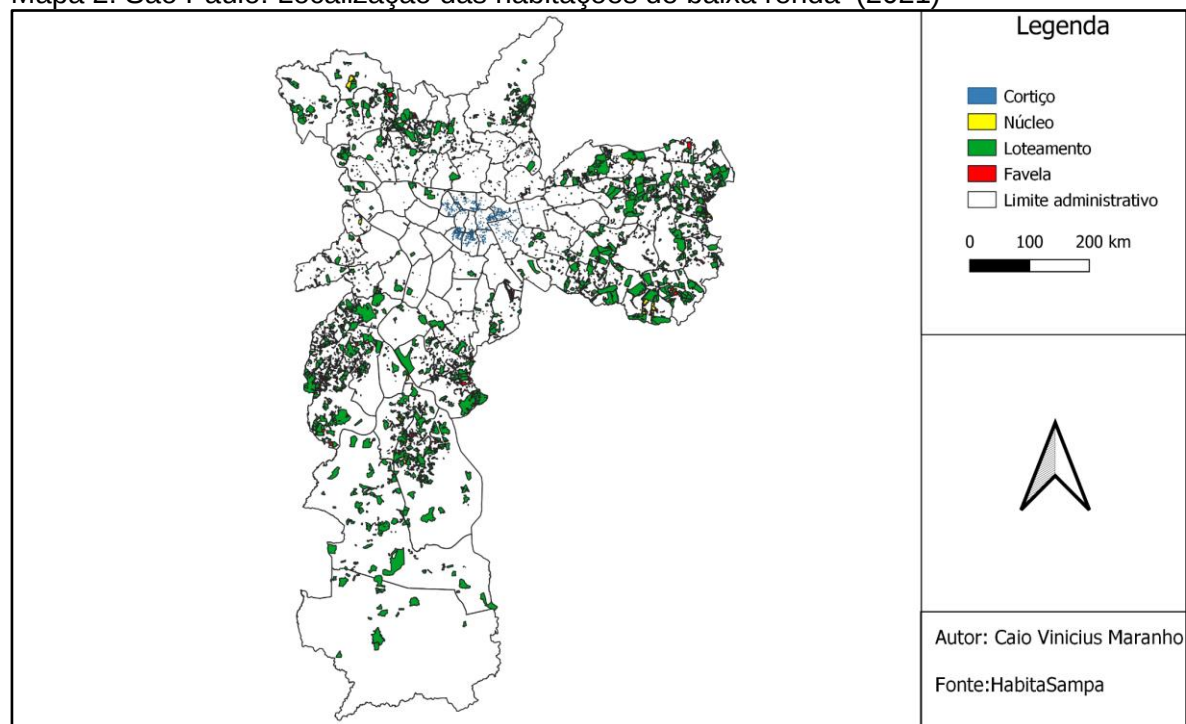
Soma-se as categorias os “loteamentos irregulares” que se caracterizam por assentamentos em que a ocupação se deu a partir da iniciativa de um agente promotor e/ou comercializador, sem a prévia aprovação pelos órgãos públicos responsáveis ou, quando aprovados ou em processo de aprovação, implantados em desacordo com a legislação ou com o projeto aprovado. Eles são ocupados majoritariamente por população de baixa renda, configurando uma paisagem de alta densidade construtiva, carente de arborização e de espaços livres e de uso comum.

Para finalizar as categorias propostas pelo HabitaSampa, as “favelas” se caracterizam por assentamentos precários que surgem de ocupações espontâneas feitas de forma desordenada, sem definição prévia de lotes e sem arruamento, em áreas públicas ou particulares de terceiros, com redes de infraestrutura insuficientes, em que as moradias são predominantemente autoconstruídas e com

² O Habitasampa é um sistema criado pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) a fim de promover melhorias nos processos de trabalho, no atendimento, na formulação de políticas públicas habitacionais e, ao mesmo tempo, potencializar sua política de disseminação de informações de forma a garantir a transparência e interação entre o cidadão e o poder público. Produz também dados e um sistema de cartografia com acesso ao público, servindo de consulta para realização das ações. Fonte: <http://www.habitasampa.inf.br/institucional/>

elevado grau de precariedade, por famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade.

Mapa 2: São Paulo: Localização das habitações de baixa renda (2021)



Fonte: HabitaSampa (2021). Elaboração do autor

O não combate à pobreza indica uma falha na garantia dos direitos dos cidadãos e um afastamento de uma cultura cidadã. Uma sociedade baseada fundamentalmente na cidadania supõe uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços por parte de todos os habitantes urbanos, garantindo aquele mínimo de dignidade que se impõe em qualquer nação civilizada. Assim, a cidadania exige um componente territorial, em que os lugares sejam ponto de apoio em que haja uma repartição não mercantil desses bens e serviços públicos. Esta boa distribuição e garantia de acesso geraria mais bem-estar e serviria como alavanca para novas atividades (Santos, 2014, p. 144-145).

Santos (2014, p. 18), continua ressaltando a importância do território para garantia da cidadania, já que:

O componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentalização do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e, de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral de bens e serviços públicos seja assegurada.

Carlos (2020), fala da importância dos espaços públicos que fazem possível a participação da cidadania como exercício da esfera pública. Quando há a privação, ocorre a existência das lutas em torno do espaço como produto da constatação das contradições que estão em seu fundamento, explodindo em conflitos que questionam suas estruturas.

Analisando os agrupamentos de Nery et al (2019), vemos que em sua descrição sobre o zoneamento a partir dos grupos acima descritos, a distribuição dos serviços e equipamentos públicos do território paulista é insuficiente, havendo grupos (principalmente os das classes F e H) em que não há, ou é insuficiente, a presença de serviços essenciais, como o abastecimento de água, coleta de lixo e de esgoto. Tampouco há uma distribuição geral de bens e serviços públicos assegurados.

Se há uma persistência da falta de acesso aos bens e serviços de direitos do cidadão, isso não é um fenômeno isolado da cidade de São Paulo. A questão das desigualdades de classe nos países periféricos se torna um fator ainda mais determinante na cidadania em comparação com os países centrais do capitalismo. “Há [então] os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (Santos, 2014, p. 24).

Entretanto, a questão da cidadania no Brasil se torna ainda mais sensível, tendo em vista que

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário (Santos, 2014, p. 25).

Essa cidadania mutilada faz com que o espaço vivido fique à mercê das forças das corporações e do mercado, acarretando então no padrão de cidade que vemos hoje, repleta de desigualdades e injustiças, podendo ser assim considerado como um “espaço sem cidadãos” (Santos, *op. cit.*, p. 59). Com a mercantilização do espaço urbano há então a mercantilização daquilo que deveria ser considerado

como direito dos cidadãos. Podemos ver como isso afeta negativamente a vida das pessoas que não possuem condições financeiras para garantia de seus direitos mais básicos, como no caso do direito à moradia.

Salientamos que o direito de morar não é o direito sobre a propriedade privada da habitação; inclusive essa confusão foi uma das propulsoras da visão imobiliária sob a cidade, impedindo sua compreensão enquanto totalidade (Santos, *idem*, p. 61). Sendo assim, a mercantilização da questão imobiliária levou à construção de casas e apartamentos para as classes médias e altas com qualidade de infraestrutura e garantia dos direitos básicos, assim como aponta o agrupamento realizado por Nery et al. (2019); neste estudo, como vimos, os primeiros setores que tiveram sua urbanização completa são constituídos por grupos que possuem as melhores infraestruturas e conta com uma concentração maior da população de alta renda.

Aos pobres ficou o “direito” de morar na periferia, que como os agrupamentos apontam, são os locais onde há uma menor disposição de serviços sociais ou então há um acesso precário a esses serviços (Santos, 2014). Soma-se a isso a precariedade no transporte público. Dependendo de qual localidade na periferia a pessoa reside, o deslocamento é feito exclusivamente por vias de transporte público; entretanto, com a alta do preço da passagem, o não aumento do salário mínimo e a demora de locomoção resultam numa péssima experiência das viagens cotidianas da casa para o trabalho.

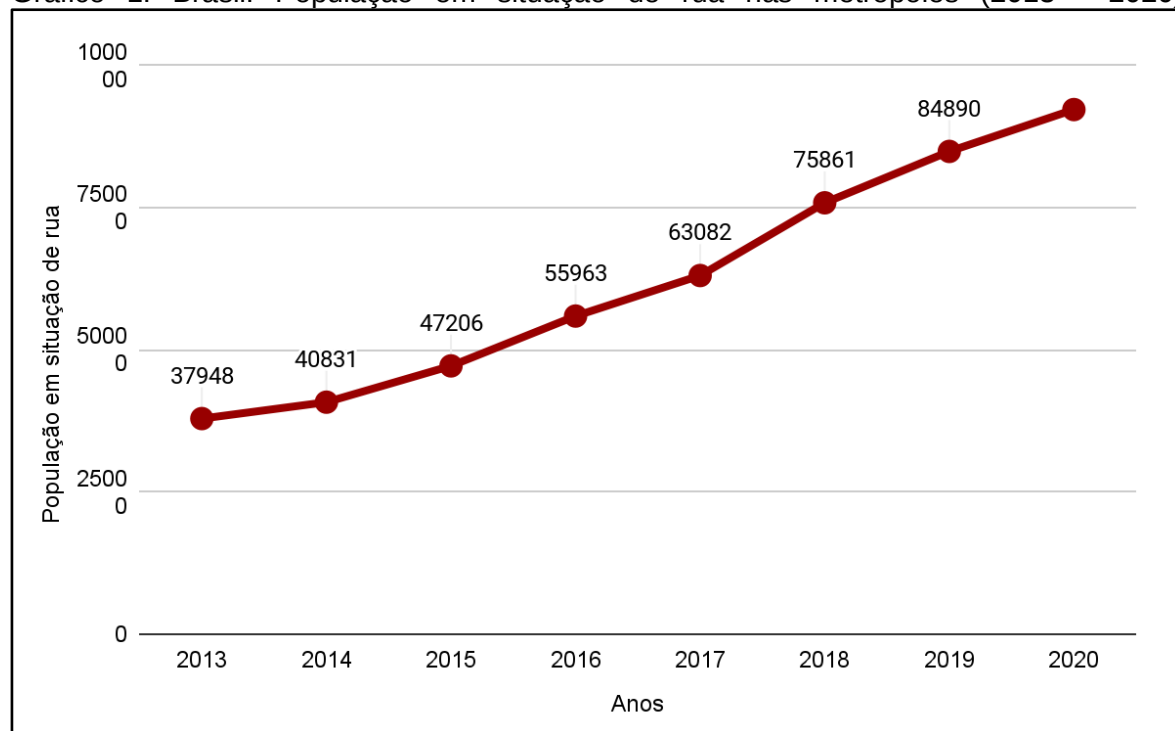
Há ainda uma parcela da população que é completamente excluída de seus direitos cidadãos. Essas pessoas são, em grande maioria, desempregadas e, como não contam com salários ou programas sociais, não se enquadram como consumidores ou usuários, tendo seus direitos negados pelo mercado ou pelo Estado que mantém essa prática da cidadania.

Compõem este grupo pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, seu cotidiano é marcado pela extrema precariedade e pela luta pela sobrevivência, pois não contam com garantia alguma oferecida pelas autoridades públicas ou agentes privados. Lutam diariamente por alimentos, lugares para repousar, são discriminados e ignorados, sofrem preconceitos e estão, muitas vezes, largados à própria sorte.

Essa população em situação de rua vem crescendo constantemente, sendo um sintoma dessa falta de cidadania da qual sujeita as pessoas às vontades

do espaço mercantilizado. Sem direitos básicos e em momentos de crise econômica, política e humanitária essa população tende aumentar, principalmente nas metrópoles, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Brasil: População em situação de rua nas metrópoles (2013 - 2020)



Fontes: Censo SUAS; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015)

Do outro lado, há os chamados “consumidores perfeitos”, aqueles que possuem renda para consumir na cidade, “consumir” seus direitos (Santos, 2014). A esses consumidores há o “direito” de morar em áreas centrais, não no sentido de localização geográfica apenas, mas principalmente em relação à acessibilidade dos serviços públicos e privados disponíveis na morfologia urbana. Enquanto os pobres ficaram sujeitos aos processos de periferização, autoconstrução e favelização ao longo da história, a classe média contou com financiamentos imobiliários, equipamento das áreas habitadas, acesso a serviços públicos, casas projetadas ou, mais recentemente, moradias nos condomínios.

Os condomínios procuram corresponder ao novo conceito de moradia, um ideal de heterogeneidade social, procura-se uma vida em um universo autocontido em que “os moradores devem ter a seu dispor quase tudo o que precisam para que possam evitar a vida pública da cidade. Para tanto, os equipamentos de uso coletivo que transformam muitos condomínios em sofisticados clubes.” (Caldeira, 2000, p. 267).

Esses condomínios criam um cotidiano totalmente diferente daquele das pessoas pobres em relação à urbanidade. Quando analisamos a questão do transporte, o sistema rodoviário continua prevalecendo, entretanto não é o transporte coletivo que supre essa necessidade, mas o transporte privado, no caso, o automóvel. A partir do transporte privado, já há uma diferenciação na relação do trabalho na cidade. O cidadão de classe média dispõe de um maior conforto de seu veículo, consegue acessar áreas da cidade em uma menor parcela de tempo, e dispõe de mobilidade para procurar lugares de lazer e outras relações possíveis com a cidade que sejam mais distantes.

O direito da mobilidade urbana não é o único direito a sofrer uma privatização para uso mais específico dessa parcela da população. O lazer também se vê cada vez mais privatizado, tendo seu uso cada vez mais recorrente pela classe média, enquanto a classe trabalhadora é cada vez mais excluída de tal direito; assim, pode-se dizer que “o lazer na cidade torna-se cada igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo” (Santos, 2014, p. 64). É possível afirmar ainda em relação ao lazer que há uma exclusão social no acesso a tais direitos.

É neste contexto que podemos analisar o problema da “segurança urbana”, já que ela foi também um dos principais direitos que sofreu um expressivo processo de privatização. Por um lado, as classes abastadas, em seus locais de moradia, aumentam o uso de sistemas técnicos sofisticados, com contratação de empresas privadas de segurança; já a população pobre tem acesso apenas aos serviços da polícia, em que há uma relação complicada entre a classe e a instituição, como será trabalhado no próximo capítulo. A classe média que reside nos condomínios fechados, por sua vez, conta com a segurança reforçada, como recurso para manter a heterogeneidade e desigualdade social reinante.

Procura-se então criar uma segregação social no tecido urbano através dos enclaves urbanos, os condomínios fechados. A segurança torna-se então um tema central no desenvolvimento do ambiente construído e da paisagem, havendo uma distinção entre a classe média e a classe trabalhadora não apenas pela localização geográfica, como há muito tempo, mas principalmente pela paisagem construída pelos processos de ocupação territorial ocorridos atualmente.

Figura 1: Imagem do limite entre os bairros de Paraisópolis e Morumbi



Fonte: Tuca Vieira. 2004.

Um caso que já é clássico, porém traduz na paisagem urbana essa segregação é o caso de Paraisópolis e Morumbi. A foto de Tuca Vieira (2004) se tornou uma referência quando se busca compreender e analisar a segregação urbana em São Paulo. Com sua fronteira murada que divide a classe média da classe trabalhadora.

Portanto, ao analisarmos a segregação paulistana, a ocupação territorial e as novas formas de agrupamento, entendemos que atualmente a localização geográfica não deve ser o único fator para o entendimento da organização espacial, e deve ser usada de forma conjugada com outros elementos, para se tornar base de novas políticas públicas que sejam efetivamente inclusivas e democráticas. A bem da verdade, é necessário analisar as desigualdades socioespaciais a partir das condições socioeconômicas, disponibilidade e acessibilidade a serviços públicos, garantia de direitos e garantia de cidadania.

Esse panorama geral do padrão da ocupação territorial paulistana que veio sendo trabalhado até aqui apreende a necessidade de se entender a questão de classe como fundamental para prosseguir os estudos na temática da violência e da segurança, assim como sugerido por Caldeira (2000). De tal maneira, após a

fundamentação desse panorama, podemos prosseguir com a análise territorial das influências dessas categorias no cotidiano do paulistano e as transformações que ela causa tanto na psicosfera quanto na tecnoesfera do espaço geográfico.

2. O aumento recente da violência, o discurso do medo e as formas do processo de securização urbana

Conforme vimos no capítulo 1, a cidadania em países periféricos como o Brasil é sistematicamente mutilada, principalmente pelas forças dos grandes agentes privados e do mercado, de forma em que os direitos cívicos passam a ser restringidos para as pessoas com base principalmente na sua posição de classe e nas suas riquezas; este mecanismo, em nosso entendimento, fez com que o acesso às políticas públicas e às condições de segurança nas cidades também se tornasse um privilégio mercantilizado, ao invés de um direito universalizado. Contudo, quando falamos em segurança é necessário especificarmos sobre o que efetivamente estamos falando, principalmente porque há uma diferença entre “segurança” e “sentimento de segurança” (Melgaço, 2010).

Essas duas concepções não são necessariamente correlatas, isso porque, mesmo em um ambiente que consideramos “seguro”, podemos não nos sentirmos em segurança. Esse sentimento é um fenômeno complexo, e que só pode ser identificado quando levamos em conta também, em situações concretas, questões de raça, gênero e classe. Para melhor compreender essa questão de classificação, partiremos da definição de Melgaço (2010), que entende como *risco* a probabilidade de sofrer uma violência e *insegurança* aquilo que está mais relacionado a sensação de tranquilidade. Dessa forma, a segurança pode ser definida “tanto como a inexistência de risco real quanto a sensação de tranquilidade dada pela ausência de insegurança.” (Melgaço, 2010, p. 62).

Junto a isso, é importante ressaltar que “segurança” é um conceito que muda de acordo com o tempo e o espaço, então poderão haver diferenças dependendo do período histórico e da situação geográfica concreta a ser analisada. Por isso ressaltamos que estamos considerando o período contemporâneo, que pode ser também denominado de “período técnico-científico-informacional” (Santos, 2000), que tem início em função daquilo que Milton Santos denominou de “unicidade técnica” e “convergência dos momentos” (Santos, 2000).

Com a unicidade das técnicas, as técnicas que não são hegemônicas – isto é, aquelas que são predominantemente utilizadas por grupos sociais subalternizados – são hegemônicas. Isso porque o sistema técnico atual é

invasor, ele se espalha na produção e no território, de tal forma que mesmo com a fragmentação das técnicas pelos territórios ela tem unidade no seu comando político pelas empresas hegemônicas e o Estado (Santos, 2000, p. 26)

Já a convergência dos momentos acontece pelo fato de a técnica atual permitir o conhecimento instantâneo do acontecer do outro, isto é, é possível que eventos que ocorram em uma determinada parcela da superfície terrestres seja conhecido por qualquer outro lugar que seja minimamente dotado de equipamentos e sistemas técnicos de informação; é por esta nova realidade também que o mercado é capaz de funcionar em diversos lugares a partir de um único comando centralizado, a partir desta informação hegemônica que se tornou instantânea e globalizada (Santos, 2000, p. 28).

No âmbito da segurança, se torna possível também monitorar diversos territórios a partir de uma única central de comando, assim como receber informações sobre o assunto de qualquer lugar do mundo. Contudo, a segurança tem diferença em seus campos públicos e privados, como mostra Melgaço (2010, p. 63):

A segurança pública está intrinsecamente ligada à noção de ordem. Ela não deve, porém, ser reduzida às instituições responsáveis pela manutenção da ordem pública, como as polícias, visto que a ordem pode também ser mantida pela ação de outras instituições e pelos próprios cidadãos. A segurança pública também não deve ser confundida com a ideia de justiça, visto que a ordem estabelecida é muitas vezes injusta para certos grupos sociais

Enquanto no campo do privado, a segurança é “considerada como o conjunto de iniciativas e instrumentos adquiridos pela compra com o objetivo de proteger os bens e a integridade física de uma pessoa ou de um grupo específico de pessoas” (Melgaço, *idem*, p. 63-64). O autor ainda traz uma questão fundamental quando trabalhamos com segurança, que é sua relação dialética com a liberdade, pois, segundo ele, para que possamos usufruir de nossa liberdade, um mínimo de segurança é fundamental, mas para que tenhamos segurança é preciso abrir mão de parte de nossa liberdade.

Isso resulta num conflito de interesses da atual sociedade, já que:

A associação entre segurança e liberdade traz consigo uma contradição de difícil superação. Se existe uma segurança plena, esta só pode ser dada de forma coletiva, através do poder e não da violência. Já a liberdade é um atributo que diz respeito mais ao indivíduo do que ao grupo. E no período atual tem-se a valorização

tanto da segurança quanto da liberdade e do individualismo, ou seja, almejam-se duas situações concorrentes (Melgaço, 2010, p. 65)

A segurança então não deve ser associada como um fim em si mesma, já que está contida em contradições que não podem ser completamente superadas, havendo essa relação dialética entre liberdade e segurança. Contudo, não é isso que acontece nos discursos do senso comum, que são fartamente difundidos no dia-a-dia das grandes cidades.

Os eventos cotidianos nas cidades relacionados com a segurança aparecem no noticiário, ou nas conversas banais do dia-a-dia, como algo que se almeja alcançar, um fim. Ela é então vista como a garantia do fim da *violência*; porém, assim como a segurança, a violência não é uma categoria simples e precisa ser compreendida com maior rigor.

Em primeira mão, é preciso compreender que a violência não se restringe à ideia de agressão, ou sua associação com crimes, como é o caso do homicídio, assalto, estupro e outros crimes violentos. Moraes (1981), citado por Melgaço (*op. cit.*, p. 48) sugere a concepção de que a violência “não é algo definido pelo certo e o errado, mas uma coisa ou situação que nos torna necessariamente ameaçados em nossa integridade pessoal ou que nos expropria de nós mesmos” (Moraes, 1981, p. 24).

Além disso, Santos (2000, p. 55) contribui dizendo que:

Fala-se, hoje, muito em violência e é geralmente admitido que é quase um estado, uma situação característica do nosso tempo. Todavia, dentre as violências de que se fala, a maior parte é sobretudo formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original.

Isso consiste então ir além dessas formas mais diretas de violência, entendendo que existem também formas mais sutis e tão perversas quanto. Isso faz com que se torne muito mais complexo pensar na situação de violência e a segurança que busca combatê-la. Por exemplo, a violência de um roubo pode ser resultado de uma violência mais sutil, como todas as privações que a população pobre sofre cotidianamente (a privação de alimentos, saúde, habitação adequada, etc.), a exclusão do indivíduo da sociedade, a perda de seus direitos e de sua

categoria enquanto cidadão, sendo compelido a buscar na violência direta sua forma sobreviver e de persistir no mundo.

Outra exemplo de violência física que pode vir a surgir por conta de outras violências silenciosas é o caso de agressão as pessoas negras, LGBTQIA+, migrantes, mulheres ou outros grupos minoritários que surgem como expressões físicas de violências tais quais o racismo, a homofobia, a xenofobia, a misoginia.

Quando vamos analisar a violência em um contexto contemporâneo é necessário lembrar a violência que é perpetrada pela própria globalização nos moldes em que ela se dá atualmente. Ela tem, entre seus fatores, a forma como a informação é oferecida pela sociedade, a ascensão do dinheiro em seu estado puro (Santos, 2000, p. 38).

A violência da informação consiste no fato que a informação é manipulada pelas empresas e instituições hegemônicas, havendo um manuseio da informação, de modo que ela se apresenta como ideologia, criando "consensos" que servem apenas para parte da população dos países. Hoje, a veiculação de discursos com conteúdos políticos (implícitos e explícitos) é imprescindível para a formatação das sociedades, e muitas vezes antecede até mesmo a produção das coisas. Tendo essas informações ideologizadas principalmente pela publicidade, há a fabulação dos eventos e acontecimentos que marcam as diferentes formas de vida no globo.

Ainda surge a ideia de que esse consumo ideologizado e essa informação ideologizada acabam por ser o motor de ações públicas e privadas, acarretando na produção das publicidades antes mesmo da criação do produto ou do serviço. Apesar de muitas vezes ambos serem produzidos juntos, na lógica é a propaganda que vem primeiro (Santos, 2000).

A informação e a publicidade são, assim, essenciais quando o assunto em questão é a segurança. Souza (2008) nos mostra ainda que:

A mídia, comumente, se encarrega de amplificar e retroalimentar o medo. O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios (de carros de passeio blindados a armas, de "condomínios exclusivos" aos serviços de firmas de segurança particular) e promete render votos a candidatos a cargos no Executivo e no Legislativo (Souza, 2008, p. 30).

O discurso da segurança e do combate da violência tem então como grande aliada o mercado da informação pública. Os telejornais tornam-se indispensáveis para que sejam veiculadas as mais diferentes informações com estes conteúdos, e assim “vender” ideias sobre as violências diretas (enquanto a violência estrutural, e suas causas, são escamoteadas).

Na programação televisiva de caráter jornalístico, cada vez mais é comum que conteúdos sensacionalistas sobre a violência – e o suposto combate policial à ela – seja a base dos jornais. Estes programas tem a “garantia” de um horário nobre na TV aberta, sendo que as informações veiculadas servem em grande parte para alimentar a insegurança, da mesma forma que confundem a opinião pública, evitando a possibilidade da identificação das verdadeiras causas, e do combate à violência estrutural.

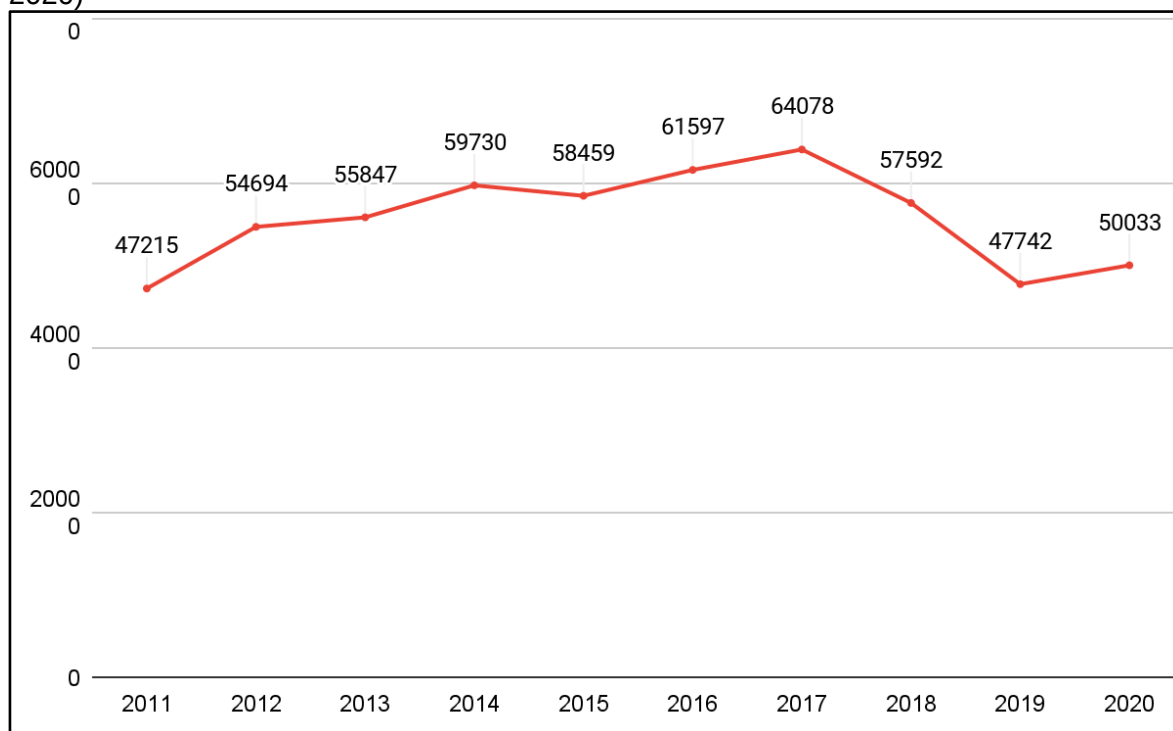
Segundo Aires (2013), em 2013 haviam por volta de 110 desses programas policiais sensacionalistas veiculados na mídia televisiva no Brasil, sendo que desses programas, 33 lançaram algum candidato para a disputa de cargos representativos na política partidária.

Hoje em dia, esse número tende a aumentar, apesar de não ter sido encontrado concretamente esses dados. Essa tendência se manifesta por conta do surgimento de plataformas como o Youtube, em que existem canais policiais destes tipos, que veiculam conteúdos muitas vezes mais agressivos, e que por este apelo contam com mais de 3 milhões de seguidores³, que alavancam essa concorrência com a TV aberta.

Essas novas formas midiáticas são em grande parte responsáveis para que haja um sentimento de medo permanente e generalizado em sociedades tão desiguais como a brasileira; ou seja, muitas vezes o medo da violência é muito maior do que a chance real de acontecer algo violento com os indivíduos, havendo períodos em que a violência se mantém proporcional ou até mesmo menor que nos anos anteriores, apesar de um sentimento de que a violência aumentou.

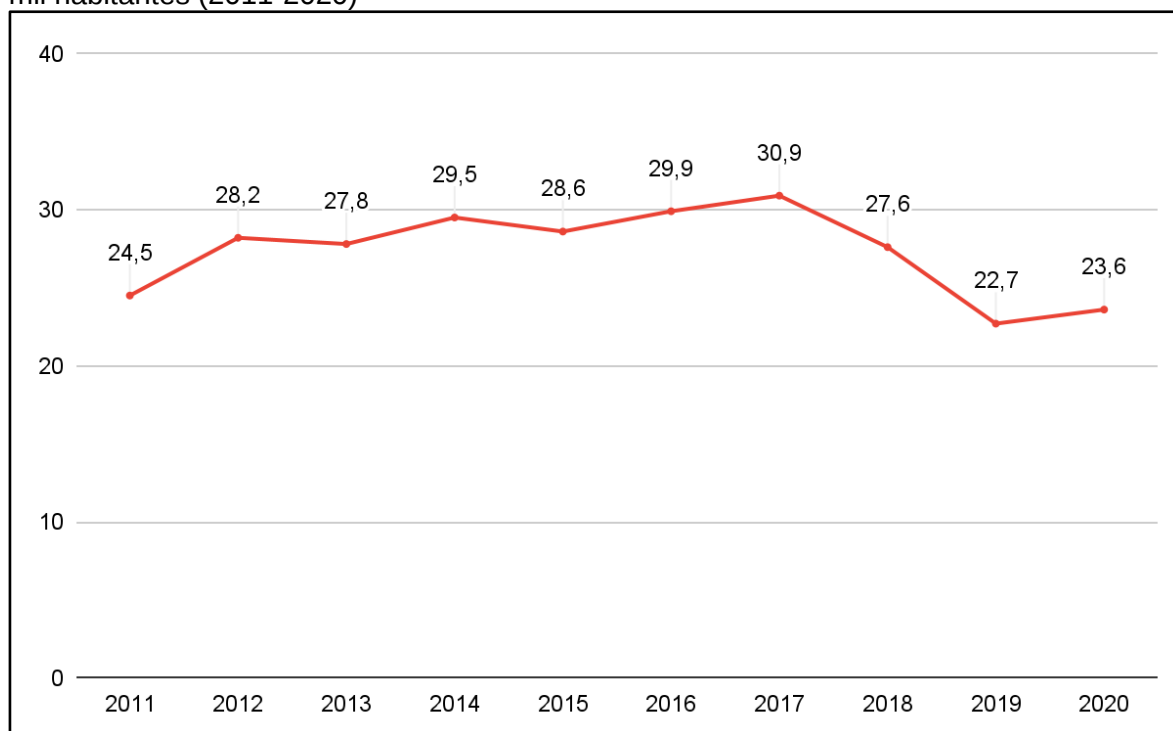
³ Como é o caso do canal “Delegado da Cunha” que conta com 3,69 milhões de assinantes. O youtuber foi afastado das operações nas ruas por forjar a prisão de suposto chefe do PCC, medida tomada para conseguir “cliques” e aumentar as visualizações de seu perfil na internet. Atualmente é filiado ao MDB e busca concorrer nas próximas eleições. Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/policiais-faturam-alto-com-exibicao-de-cenas-de-operacoes-na-internet/> (Acesso em 20.02.2022)

Gráfico 2: Brasil – Evolução recente do número de Mortes Violentas Intencionais (2011-2020)



Fonte: FBSP (2021)

Gráfico 3: Brasil. Série histórica da taxa de Mortes Violentas Intencionais para cada 100 mil habitantes (2011-2020)



Fonte: FBSP (2021)

Os gráficos na página anterior apresentam a série histórica recente dos números absolutos de Mortes Violentas Intencionais (MVI) e da taxa para cada 100 mil habitantes. Os valores informados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) indicam que nessa série histórica houve uma redução da variação em 3,7% no período destacado, porém o sentimento de insegurança continua a transformar o espaço geográfico.

É necessário lembrar que apesar de o medo e a insegurança serem maiores do que a violência real, ele não é apenas imaginário. Essa sensação se concretiza e transforma as paisagens urbanas através do processo de securização (Melgaço, 2010).

Essa relação pode ser explicada pela geografia através daquilo que Santos (1999) denominou de psicoesfera e tecnoesfera. Ele as caracteriza como:

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnoesfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicoesfera. A tecnoesfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, freqüentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a procedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário (Santos, 1999, p. 204)

Assim, quando vamos pensar o cotidiano, o espaço urbano ou qualquer outra particularidade do espaço geográfico a imaterialidade conta tanto quanto a materialidade, afinal há essa relação entre a psicoesfera e a tecnoesfera. Podemos lembrar ainda que, “A existência, no período atual, de uma esfera de idéias ligadas diretamente à sensação de insegurança permite que seja proposta a expressão psicoesfera do medo” (Melgaço, 2010, p. 105). Sendo então uma imaterialidade ativa, condicionando ações e alterando formas (*idem*, p. 106).

Sua ligação direta com a tecnoesfera advém do fato de que a “psicoesfera do medo aparece assim como uma precondição e uma justificativa para a instalação de uma tecnoesfera da segurança. Essa tecnoesfera diz respeito a toda forma de materialidade técnica em torno do ideal de segurança e inclui, obviamente, os processos de securização” (Melgaço, *idem*, p. 106).

Sobre a securização instaurada pela tecnosfera, podemos dizer que este processo visa também promover um controle indiscriminado das ações e movimentos das populações, uma verdadeira disciplinarização dos corpos.

Figura 2: Placa colocada em empresas e comércios indicando a presença de câmeras de vigilância - modelo de câmeras de vigilância



Essas placas servem para avisar que você está sendo monitorado, influenciando o comportamento realizado no local. Pois quando se disponibilizam placas como estas, ou câmeras em locais visíveis, não são apenas para o ato de vigiar ou filmar os movimentos, mas também de criar uma sensação de que está sendo vigiado constantemente, procurando evitar com que algo que seria reprovado pela loja ou pela empresa seja feito.

O aumento desses objetos técnicos nos lugares tem uma relação dialética com o combate à violência, pois reforçam a sensação de insegurança, veiculando a mensagem de que aqueles lugares são potencialmente perigosos e por isso precisam ser constantemente monitorados (Melgaço, 2010, p. 108-109).

Dessa forma se mantém a relação entre o *mercado da informação*, conjuntamente com o *mercado da segurança* e da política, concretizando o que Souza (2008) chama de Fobópole. Para ele, Fobópole:

Condensa aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressivo, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – o que tem claras implicações em matéria de desenvolvimento urbano e democracia (Souza, 2008, p. 9)

Assim, o mercado da segurança possui uma dialética com o *mercado da violência*. Souza (2008) argumenta que “O mercado da segurança floresce graças à existência do crime e do medo do crime, medo esse que, [...] é alimentado pelos ‘mercados da violência’ e pela violência que deles extravasa” (Souza, 2008, p. 154). Ele então vai definir o mercado da violência que “em sua parte dependem do tráfico ilícito (ou do roubo ou furto) de armas para a defesa do *business* ali praticado (comércio de drogas, atividades de extorsão, etc).” (*idem*, p. 154).

Essas armas, principalmente as roubadas ou furtadas são, geralmente, armas que foram vendidas por grandes empresas de segurança para o combate ao crime, que acabam necessitando de novas armas para combater as antigas roubadas ou furtadas. Não são poucos os casos de furtos ou roubos de armas. Segundo a Polícia Federal, por meio da Lei de Acesso à Informação, até setembro do ano de 2021, 224 boletins de ocorrência sobre furto ou roubo de armas foram registrados no estado de São Paulo, representando 33,4% do total de armas furtadas ou roubadas no Brasil neste ano. Cabe salientar que esses dados foram feitos por Boletins de Ocorrência, dessa forma é plausível que o número seja maior do que realmente foi registrado. O Instituto Sou da Paz traz ainda mais dados, complementando através da pesquisa “Desvio fatal: Vazamento de armas do mercado legal para o ilegal no estado de São Paulo” concluindo que no período de 10 anos foram em média 9 armas roubadas por dia no estado de São Paulo⁴.

Com o aumento de armas em circulação por criminosos, passa-se então a repercutir o discurso armamentista e a necessidade de maior policiamento e dispositivos de segurança nas ruas, afinal há o aumento da insegurança por parte dos habitantes das cidades grandes. Quando esta insegurança toma conta da cidade há então alterações em sua morfologia, entendida aqui como um “método de análise que investiga os componentes físico-espaciais e sócio-culturais da forma urbana e como eles variam ao longo do tempo” (Butina, 1987, p. 7).

Então, quando os discursos da violência citados acima repercutem, surge também a *fala do crime* como construtora da reordenação simbólica do mundo, elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos

⁴<https://soudapaz.org/noticias/em-10-anos-9-armas-foram-furtadas-ou-roubadas-por-dia-em-sao-paulo-revela-instituto-sou-da-paz/>. Acesso em 14/02/2022.

como perigosos, sendo algo tão dominante que até mesmo as vítimas dos estereótipos as reproduzem (Caldeira, 2000, p. 10).

Os ecos da fala do crime surgem como justificativas para a implementação de novas tecnologias que prometem a redução e a garantia de segurança da população. Porém, acabam por agir de maneira dialética como a psicoesfera do medo. Com a sensação de insegurança proporcionada pela mídia e a fala do crime tomando conta da rotina das pessoas, uma paisagem começa a ser construída no entorno desses elementos. O processo de securização de São Paulo coincide com o aumento da pobreza, da organização dos movimentos sociais urbanos, a expansão dos direitos de cidadania das classes trabalhadoras e a democratização política (Caldeira, 2000, p. 302).

Começam então a surgir os enclaves fortificados. Os enclaves fortificados podem ser definidos como

Espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os marginais, os sem-teto. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semi público, eles transformam profundamente o caráter do espaço público moderno quanto às democracias (Caldeira, 2000, p. 12).

Essa onda de difusão de enclaves ao longo dos territórios urbanos, que levam à uma privatização, cercamento, policiamento de fronteiras, e instalação de técnicas de segurança sofisticadas criam um novo espaço urbano, um espaço fragmentado, em que se reforça e valoriza desigualdades e separações, sendo um espaço público não-democrático e não-moderno (Caldeira, 2000).

Esse espaço geográfico carregado pelo medo do crime e da violência faz com que técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social sejam buscadas e implementadas. Dessa forma, mesmo que hoje em dia as classes sociais vivem mais próximas umas das outras – como mostra a figura 1 –, elas são mantidas separadas por barreiras físicas e de identificação de controle.

Vão surgindo então na paisagem do espaço urbano os condomínios fechados. Esses condomínios tem como base a articulação entre a segurança, o isolamento, a homogeneidade social, e a disponibilização de sofisticados equipamentos e serviços privados nos limites de seus muros. A imagem que esse

condomínio passa não é apenas de um local seguro, mas também um local de status social (Caldeira, *idem*, p. 265).

Estes sistemas de objetos técnicos – muros, cercas, portões, grades, luzes, câmeras, sensores, etc. –que compõem a infraestrutura dos condomínios acabam por incutir a ideia de segurança apenas como modo de evitar o crime; sobre isso, segundo Caldeira (2000, p. 267),

A Segurança significa cercas e muros, guardas privados 24 horas por dia e uma série infindável de instalações e tecnologias como guaritas com banheiro e telefone, portas duplas na garagem, monitoramento por circuito fechado de vídeo etc. Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão mas também "felicidade", "harmonia" e até mesmo "liberdade".

Garantido assim então uma exclusão intencional, cuidadosa e praticada sem limites. O seguro que se tem cobre também a vontade de não ser “incomodado” e evitam o encontro com outros grupos sociais e também com sem tetos. O convívio dentro dessas moradias-enclaves reflete o desejo do não partilhamento do espaço com as demais parcelas da população urbana. Quando esses condomínios possuem espaços comuns, muitos são usados apenas com a marcação de horários, garantido o uso exclusivo daquele espaço para o morador, com exceção da área destinada para as crianças (ou então quando há piscina comunitária).

Ainda compondo o perfil de seguridade dos enclaves fortificados, para além dos dispositivos de segurança que fazem uma triagem de quem pode entrar e sair do condomínio, como os portões eletrônicos, câmeras de vigilância, leitores biométricos, portaria, a falta de calçadas para pedestres, etc. muitos contam com serviço de segurança particular.

Esses serviços de segurança particular podem atuar tanto de maneira orgânica, ou seja, contratados diretamente pelos condôminos, ou então contratando uma empresa especializada. Quando são contratos orgânicos, muitas das vezes os seguranças não possuem treinamento formal; destacam-se ainda os policiais que são contratados realizando o “bico” sendo um trabalho informal para compensar o salário insuficiente para suas despesas mais básicas. Dessa forma, "busca-se criar uma ordem privada na qual os moradores possam evitar muitos dos

problemas da cidade e desfrutar um estilo de vida alternativo e com o mesmo grupo social” (Caldeira, 2000, p. 275).

Contudo, nos casos dos condomínios fechados um novo problema surge. Isolados e convivendo em igualdade de classe social, não significam uma vida em comunidade sem problemas. Os problemas enfrentados pela classe média e elite passam a ser “internos” aos seus espaços de moradia e convívio. Ao terem que se deparar com algum resquício da vida pública em seu interior, os conflitos retornam. Este retorno se dá em grande parte porque os condôminos acham que podem fazer o que bem quiserem dentro destes enclaves, sem nenhum espírito de cooperação, desrespeitando regras estabelecidas e acarretando em desentendimentos. Estes comportamentos, na verdade, refletem a seguinte contradição: estar dentro de um território privado e isolado cria um convívio que vai de encontro aos princípios democráticos, de responsabilidade pública e de civilidade (Caldeira, 2000, p. 277).

Com esse cotidiano privatizado, e de fuga da civilidade democrática, há o reflexo medido nas outras instâncias da sociedade, em que ganham destaque representantes políticos e veículos de mídia que vão ao encontro deste desejo de segurança privada por parte da classe média e da elite. Assim como Souza (2008) demonstra, o triângulo de relações dialéticas entre a *segurança*, a *mídia* e a *política* também estão em vigência com a vida dentro de enclaves fortificados. Caldeira elenca argumento semelhante, ao registrar que

Dentro dos condomínios, o desrespeito à lei é quase uma regra. As pessoas sentem-se mais livres para desobedecer à lei porque estão em espaços privados dos quais a polícia é mantida distante, e porque encaram as ruas dos complexos como extensões de seus quintais. Na verdade, quando as pessoas têm noções frágeis de interesse público, responsabilidade pública e respeito pelos direitos de outras pessoas, é improvável que venham a adquirir essas noções dentro dos condomínios. Pelo contrário, a vida dentro dos universos privados só contribui para enfraquecer ainda mais suas noções de responsabilidade pública (Caldeira, 2000, p. 279).

Deixando um pouco de lado a questão dos condomínios fechados, o processo se repete também em casas de loteamento “comum”, porém com algumas diferenças. Começando pelas necessidades dos moradores, Caldeira (2000, p. 285) indica que os moradores dessas *casas-fortaleza* necessitam de ainda mais isolamento e controle em relação às casas presente em condomínios

privados, o que para eles é visto – paradoxalmente – como liberdade. Surge ainda um medo maior de “estranhos”, isto é, indivíduos que não pertençam a estas comunidades auto-encerradas, mesmo que sejam da mesma classe social. Isso acontece principalmente com moradores mais velhos no bairro, em que há a ideia de que mudar para um prédio de apartamentos é semelhante a perda de condição social.

Para essa parcela da população que já é mais antiga no bairro, surgem então propagandas tentando buscar esse sentimento de resgate de tradição, procurando buscar novamente a tranquilidade do bairro dentro da moradia coletiva dos condomínios de apartamentos. Propagandas que buscam alcançar as pessoas pela continuidade do bairro, no resgate da vida de casa do que a ruptura para uma nova vida de apartamento.

Entretanto, para pessoas que estão em busca de sua primeira moradia – em geral uma população mais jovem –, estes estigmas são menos presentes, como os estigmas de que morar em apartamento é equivalente a perda de status social (muitas vezes sendo preferível a busca por apartamentos do que por casas). Essa busca de apartamentos surge tanto da procura da sensação de segurança, de se isolar e, contraditoriamente, de maior liberdade. Porém apenas a sensação de segurança não é o suficiente para capturar os jovens para o mercado imobiliário.

Speck (2016) argumenta em seu livro, a respeito da importância da mídia tanto na criação da imagem dos subúrbios americanos nos anos 1970, como na criação da imagem da cidade urbana de Nova York nos anos 1990, promovendo um retorno à cidade dessa população de jovens que, por conta de seus pais, moravam nos subúrbios.

No Brasil, apesar de não haver uma produção midiática tão forte de interesse dos jovens, há com a globalização o acesso facilitado a essas mídias e a influência do modelo estrangeiro de cidade e cotidiano por parte da mídia. De tal forma, os apartamentos se tornam cobiçados por jovens da classe média.

Hoje, com a internet tendo seu acesso mais difundido – apesar de ainda não alcançar as camadas mais pobres da sociedade –, surgem aplicativos que transmitem essa mesma mensagem que os antigos seriados que foram records de audiência e que marcaram horários das TV abertas e fechadas, como por exemplo *Friends* (1994), *Sex and the City* (1998), *Seinfeld* (1989), alguns continuam sendo

reproduzidos em canais fechados até hoje⁵. Com fotos publicadas através do Instagram e do Pinterest, aplicativos para smartphones, surgem também estereótipos que passam a ser seguidos por setores imobiliários para atrair o público jovem de classe média.

É o caso da reportagem feita pela revista Veja em 2020, em que denominou moradores de um bairro da área central do município de São Paulo de “*Santa Ceciliers*”. Apesar de ter se tornado piada nos portais da internet, não deixa de ser uma realidade da porção do bairro ocupada pela classe média. A busca pelos apartamentos com chão de taco e samambaias em sua “*urban jungle*” se tornou padrão com os jovens dessa camada social.

Contudo, esses apartamentos e esses bairros gentrificados não fogem dos mesmos princípios e lógicas que identificamos para o caso dos enclaves fortificados. Os prédios de condomínios de apartamentos contam com serviços de segurança, monitoramento, portaria e tudo mais que os outros apartamentos se preocupam na hora da construção de seus enclaves. Sintetizam também a propaganda nostálgica da tradição usada para alcançar os moradores mais antigos do bairro, porém de maneira mais moderna e atrativa para os jovens. Tais apartamentos isolam aqueles que não fazem parte do *modus operandi* do bairro. Ocasionalmente na convivência de pessoas da mesma camada social e que se isolam no bairro, participando apenas de eventos com os iguais, como retratado pela revista Veja em uma edição que representa os valores do tradicionalismo presente nos apartamentos do bairro Santa Cecília, frequentemente relacionado a jovens classe média que compartilham de um estereótipo, ao imitar a capa do álbum “*Tropicália ou Panis et Circencis*” de 1968.

⁵ O episódio final de Friends alcançou uma audiência de 52 460 000 de espectadores. Fonte: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/09/19/friends-25-numeros-explicam-o-sucesso-da-serie-apos-25-anos.ghtml> (Acesso em 20 fev. 2022)

Figura 3: Capa da revista Veja



A morfologia do medo – este verdadeiro sistema de objetos que procuram criar esta sensação de segurança – não fica enclausurada apenas nas residências de classe média e alta. Na verdade, ela também se propaga em parte para a classe trabalhadora (principalmente aquela que pertencia em tempos não remotos à uma classe média). Há uma certa aversão por parte dessa camada social associando as moradias em comunidade, que são majoritariamente feitas por agências e programas públicos como a Cohab, CDHU, Minha Casa Minha Vida ou outros programas de moradias populares, com a alta criminalidade e o consumo de drogas, como sugere Caldeira (2000, p. 286).

Além disso, a autora continua a dizer que não somente a esfera coletiva é desvalorizada, mas também os atributos padronizados e uniformes do ambiente construído também, sendo considerados “ruins” e “feios”. Acompanha também o julgamento moral sobre os supostos “perigos” da proximidade a estas áreas (Caldeira, 2000, p. 286-287).

Por outro lado, pessoas pobres que há muito tempo tem seu direito à cidade negado, seu acesso restringido, não pode usufruir do consumo que um

consumidor mais que perfeito, o pseudo-cidadão do terceiro mundo, como indica Milton Santos (2014). Na verdade, pode-se até dizer que estas classes também

estão ansiosas para tornar-se ainda mais urbanizadas, tanto ao transformar-se em proprietários quanto ao incorporar-se mais plenamente ao mercado de consumo que ela oferece. Quando percebem que não podem desfrutar do espaço da cidade e de sua vida pública como gostariam, sentem-se restringidos e aprisionados (Caldeira, 2000, p. 291)

Ainda na classe trabalhadora, aquelas parcelas que vivem em casas autoconstruídas, possuem uma ambiguidade em relação a transformação de suas casas. Hoje é muito difícil encontrar uma habitação na metrópole que ainda estabeleça os padrões das casas mais típicas dos anos 1960, aquelas com muros e portões baixos, elementos que passam uma imagem de maior sociabilização, mas também de fragilidade da casa, como visto na figura 5. Isso se deve ao fato de que o sentimento de insegurança e acontecimentos de roubos e furtos se tornando mais frequente em praticamente todas as parcelas das cidades, e parte da vida urbana fez com que uma nova paisagem surgisse nas ruas, as casas começaram a se tornar “fortalezas”. Casas com interfonos, cercas, muros altos, grades, barras nas janelas, luzes e sensores, cercas elétricas, concertina etc. se tornam o padrão do ambiente construído.

As fronteiras rígidas e policiadas, somadas à crescente segregação dos grupos sociais, criam um tipo urbano que compromete os valores de vida cívica e de liberdade de circulação, e põe em risco as interações anônimas e impessoais entre pessoas de diferentes grupos sociais. (Caldeira, 2000, p. 328). Contudo, elas não se limitam a separar apenas o espaço privado das propriedades e o outro. Os objetos da tecnoesfera usados para a segurança estão também nas vias de circulação.

Na rua, porém, esses objetos se apresentam de uma outra forma, podem ser as câmeras de vigilância, assim como nos enclaves, espetos e gradis para afastar moradores de rua (ou pessoas que se sentam na frente de estabelecimentos), bancos não confortáveis para se sentar, plantas que ocupam grande parte da calçada, impedindo a permanência nas vias, etc.

Figura 4: Casa antiga na Vila Formosa que não passou pelo processo de securização, Zona Leste de São Paulo



Fonte: saopauloantiga.com.br.

Figura 5: Casa com objetos de segurança à venda na Vila Formosa já securizada, Zona Leste de São Paulo



Fonte: imovelweb.com.br.

Essa interferência dos objetos comumente usados nos enclaves nas vias públicas ocorre justamente por um desprestígio generalizado do caráter público da

rua. Devido ao uso desses objetos – e também a presença de empresas de segurança que colocam placas dizendo que estão monitorando o local –, cria-se uma confusão legal sobre quem é o responsável pela segurança nas vias públicas. Firmino e Duarte (2015), vão dizer que se trata de um processo de territorialização marcado especificamente por táticas de vigilância dispersa, formando um conglomerado de redes que em muitos casos não se conectam entre si.

Com isso, podemos dizer que surgem duas “fronteiras” nas cidades contemporâneas: 1. a dos enclaves com seus muros, que expressam a materialidade da tecnoesfera com suas grades, cercas, portões elétricos, portarias, guaritas, seguranças privados, etc.; e 2. a fronteira invisível das empresas de segurança privada que atuam sob o espaço público. Aqui não se sabe qual empresa está se responsabilizando por cada lugar, até onde vai a fronteira de seu território, qual lugar não está sendo vigiado. Há uma completa confusão entre o público e o privado.

De tal forma, “sistemas de segurança privada atuam de maneira fragmentada, autônoma e pulverizada no espaço urbano, sem que se tenha clareza sobre os verdadeiros responsáveis por este tipo de monitoramento e seu *modus operandi*.” (Firmino, 2017, p. 32).

Torna-se então importante entender melhor o funcionamento e de que forma essas empresas estão presentes no espaço geográfico, atuando nessa territorialidade – visível e “invisível” – das câmeras e sistemas de vigilância; para isso, o próximo capítulo irá buscar trabalhar mais atentamente as empresas privadas de segurança e suas ações no território.

3. A ascensão das empresas de segurança privada patrimonial. Consequências da securização do espaço urbano

Em um breve histórico das empresas de segurança privada no Brasil, é possível dizer que tiveram seu primeiro impulso de expansão do mercado ocorreu na metade da década de 1960 devido ao aumento do número de assaltos a bancos que eram atribuídos aos grupos de oposição à ditadura militar (Cubas, 2017, p. 165). Neste contexto é promulgado o Decreto de Lei nº 1.034/1969, que regulamenta a segurança privada no país, definindo que todos estabelecimentos do tipo financeiro devessem ter um tipo de segurança próprio, sendo orgânica⁶ ou terceirizada. Na década de 1970, os serviços deixaram de ser exclusivos aos bancos e passaram a atuar também nas indústrias e no comércio. Na década de 1980 começam então as normatizações dos serviços prestados, transferindo o treinamento, que era da polícia, para o setor privado, estimulando o desenvolvimento de um setor voltado para o treinamento e formação dos vigilantes. Na metade da década de 1990, o serviço deixou de ser fiscalizado pelo governo federal e teve como determinado o Departamento de Polícia Federal como o único órgão fiscalizador dos serviços (Cubas, 2017, p. 165-166).

A partir dos anos 1990 essas empresas de segurança começaram a ter um poder maior, incluindo o poder de transformar a paisagem urbana (Caldeira, 2000). Como mostra a bibliografia que analisamos, é um fato que quando as tecnologias são inseridas no espaço geográfico (câmeras de vigilância, sensores de movimento, cercas elétricas, guaritas, etc.) elas não são inseridas de modo neutro. No capítulo anterior nos dedicamos a exemplificar como essas tecnologias atuam no avanço da segregação espacial no território, isolando as classes médias e altas de modo homogêneo nos enclaves fortificados, separando-as dos demais grupos e classes sociais. Além disso, a tecnoesfera e a psicoesfera atuam de modo que aumentam a sensação de insegurança, afetando a circulação e o cotidiano dos habitantes. Cria-se ainda toda uma estética da qual a arquitetura hostil da morfologia do medo acaba por se transformar numa espécie de “ideal de beleza” e

⁶ A segurança orgânica, composta pelos departamentos e pelas divisões de segurança próprios das empresas e instituições voltadas às diferentes áreas de atividade, apesar de estar submetida aos mesmos regulamentos e leis, não pode ser comercializada. Sua atuação fica restrita à instituição à qual pertence (Cubas, 2017, p. 177).

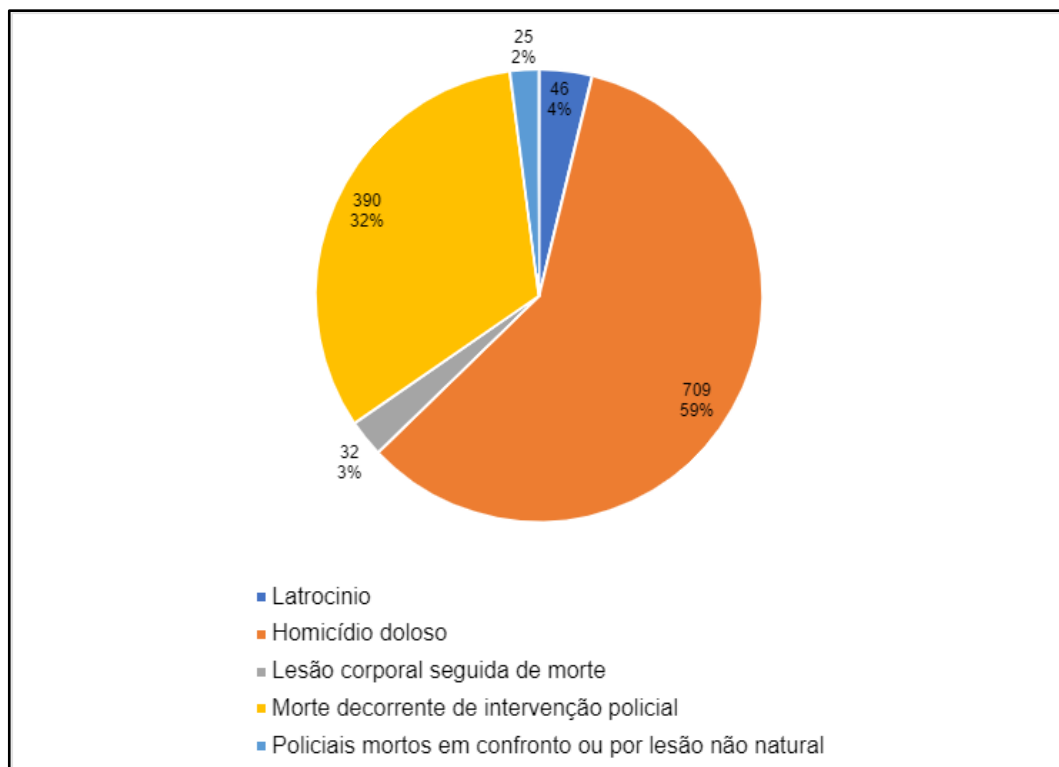
status social, de acordo com a quantidade e a complexidade das tecnologias de segurança que a moradia conta.

A expansão dessas empresas é uma tendência global, difundindo-se para todo o público em geral. Sua expansão tem como um dos principais propulsores o sentimento de insegurança, somado à descrença nos órgãos de segurança pública. Caldeira (2000) mostra que a polícia possui um certo desvio de classe ao tratar das suas obrigações de acordo com a classe social do indivíduo. Nas situações em que ocorre o chamado “crime de colarinho branco”, relacionados à corrupção ou fraude, frequentemente retratado nos noticiários, possuem penas leves ou são evitadas devido à pena de fiança. Já a ação da polícia sobre pessoas da classe trabalhadora levam a ações de violência ou muitas vezes prisões sem sequer o resultado final do julgamento. Segundo levantamento realizado pelo o G1 (2021), são 217 mil presos sem julgamento, o que representa 31,9% dos presos⁷.

Além dos presos sem julgamento, há dados do número de pessoas mortas por intervenções policiais, em serviço e fora de serviço. Segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública, o Monitor da Violência, o IBGE e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública esse número corresponde a 867 mortes no estado de São Paulo no ano de 2019 e 814 no ano de 2020. Como se trata de um número informado pela própria corporação, pode ser que na realidade as ocorrências sejam muito maiores. Além desses dados, ainda se torna parte das estatísticas policiais que foram mortos em confronto ou por lesões não naturais dentro e fora de serviço, já que, além do próprio confronto, a vingança e o ódio aos policiais podem se tornar elementos do número do assassinato policial.

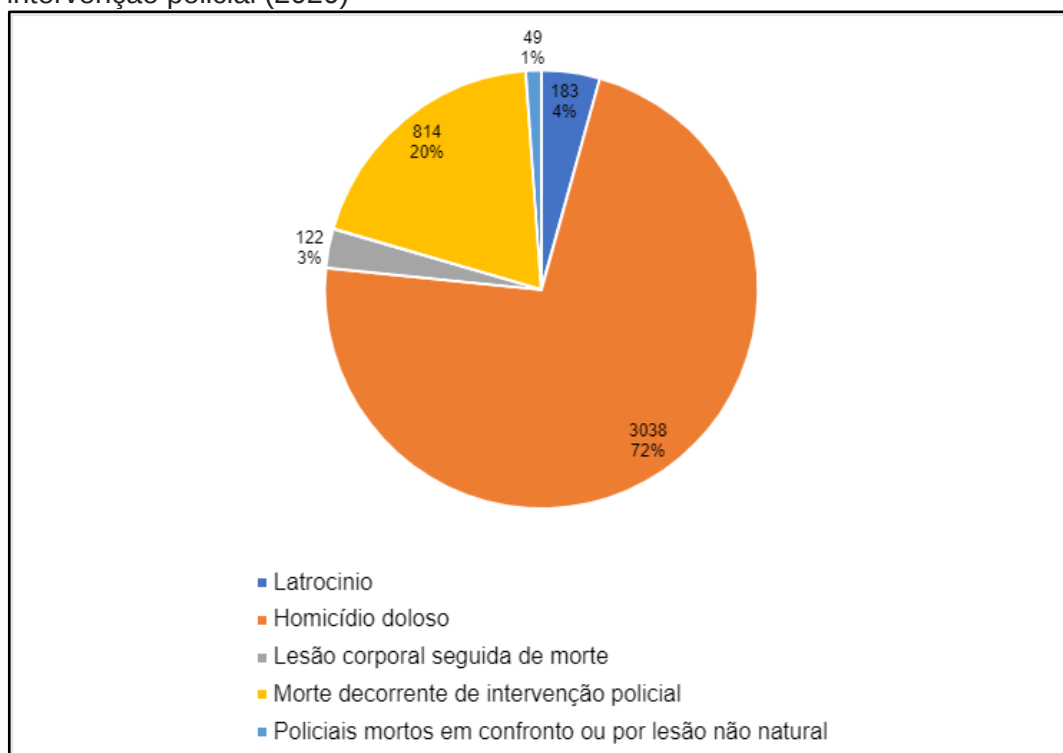
⁷<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em 10 fev. 2022;

Gráfico 5: Estado de São Paulo – Morte violenta intencional, morte de policiais e mortes por intervenção policial (2020)



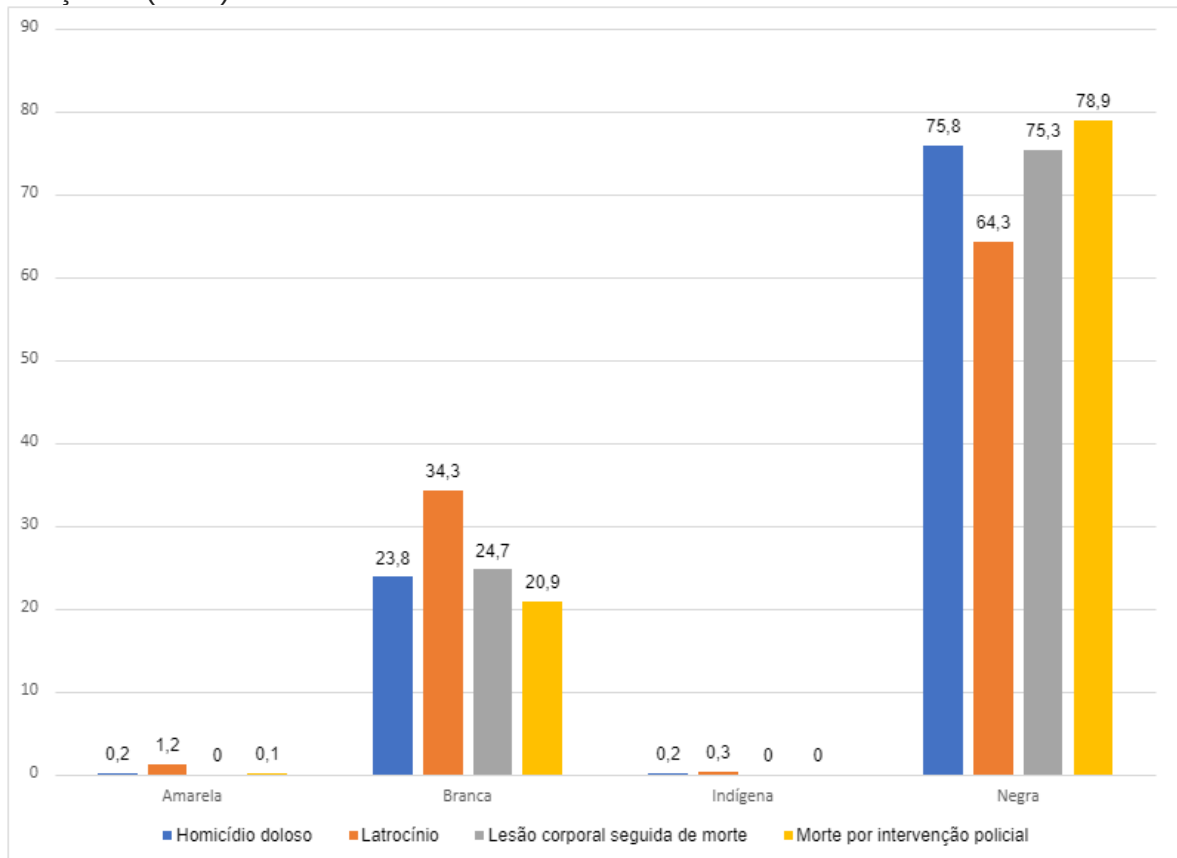
Fonte: FBSP (2021)

Gráfico 6: São Paulo – Morte violenta intencional, morte de policiais e mortes por intervenção policial (2020)



Fonte: FBSP (2021)

Gráfico 7: Brasil – Taxa de vítimas de Mortes Violentas Intencionais - por tipo de ocorrência e raça/cor (2020)



Fonte: FBSP (2021)

Quando analisamos os dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública (2021), é perceptível que o perfil de vítimas de MVI é composto por homens (90%), jovens (48%) e negros (75%). Esses dados fortalecem o imaginário social da criação do “outro”, o sujeito que o processo de securização quer evitar. Vemos então um processo que é racializado, sendo os jovens negros os mais vitimizados pela violência e também aquele que os equipamentos de segurança vão procurar excluir, sendo os menos defendidos pelo processo de securização do município.

Retomando a questão da expansão das empresas de segurança privada, com a inclusão de mais atores não estatais na segurança, a mesma começou a sofrer por maiores fragmentações e até mesmo a ser mediada pelo mercado. Apesar do “monopólio do exercício do poder” de prender, deter e incriminar nunca sair das mãos do Estado, a participação de vigilantes ou o uso de equipamentos eletrônicos de segurança em outras atividades “secundárias” aumentou e vem garantindo destaque para as empresas privadas. No Brasil,

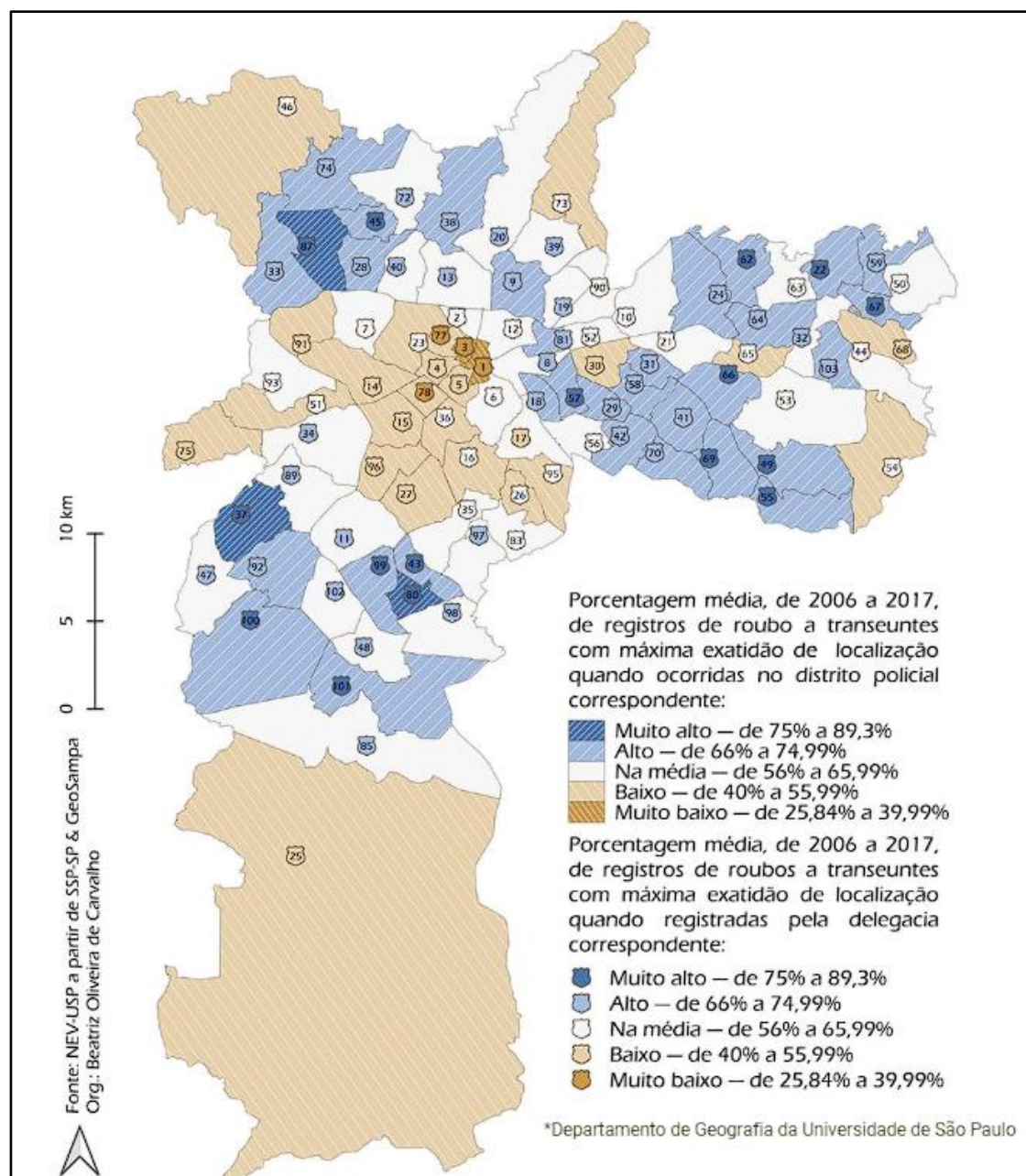
estudos apontam que a atuação de empresas privadas nos setores de segurança é maior nos locais em que há alterações no espaço, como a revitalização de lugares, privatização e outros processos de reformas urbanas (Caldeira, 2000; Cubas, 2017).

Quer dizer, as empresas de segurança criam equipamentos e tecnologias que aumentam a sensação de insegurança. Esses equipamentos são instrumentalizados pela mídia e pela política, a solução torna-se então a adesão e propagação de mais equipamentos de segurança, alimentando o *mercado do medo* (Souza, 2008) que vão atuar sobre o espaço, através da *morfologia do medo* (Cruz, 2010).

Quando a violência vai além do sentimento de insegurança, é preciso ressaltar que ela não ocorre de maneira homogênea, há uma diferença dos crimes de acordo com a classe social do cidadão. Souza (2008, p. 51-52) nos mostra que os moradores de áreas mais pobres são mais expostos a uma morte violenta, enquanto as classes mais privilegiadas estão mais expostas a roubos e furtos. Contudo isso não é mais tão simples de ser classificado.

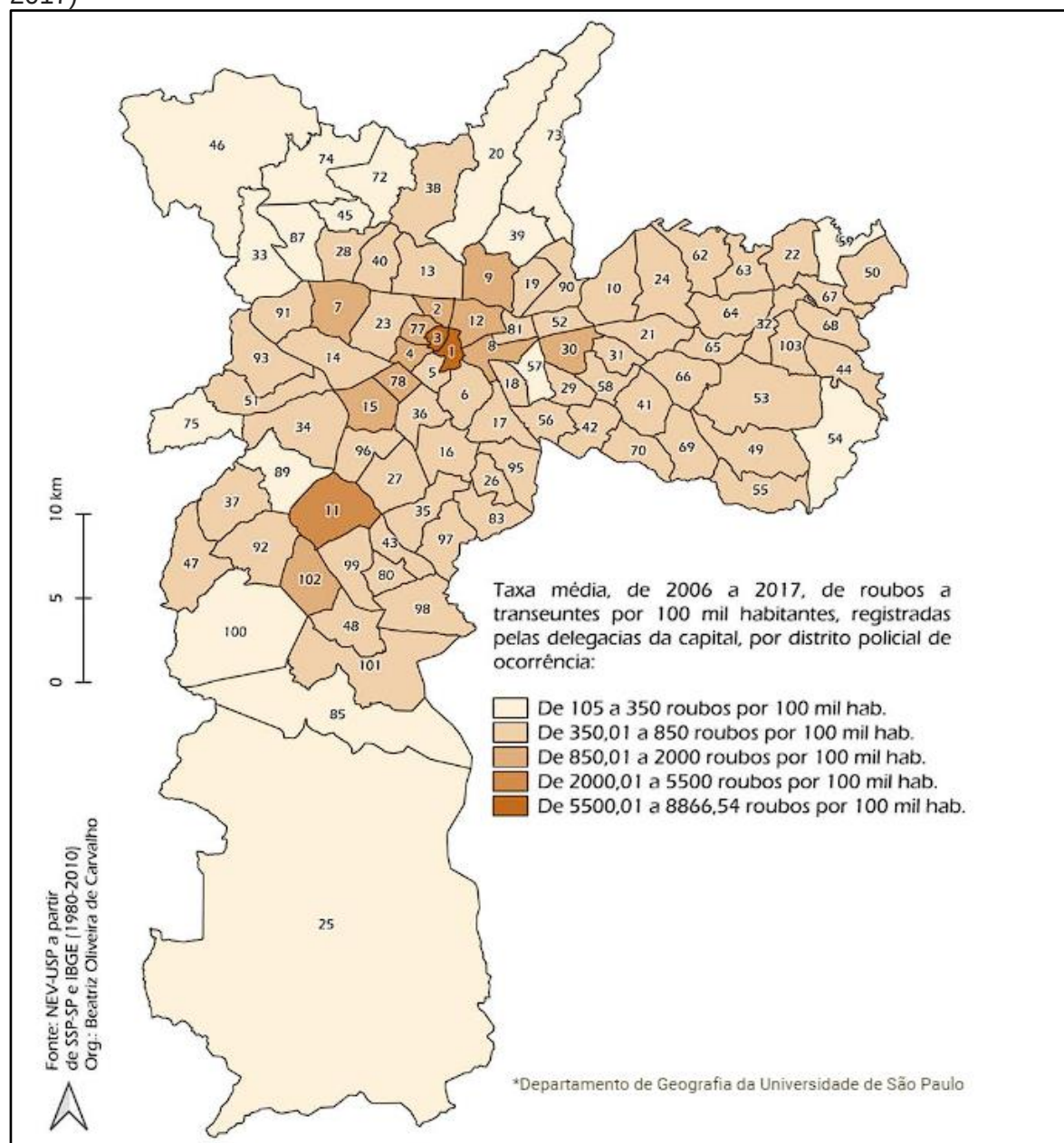
Em São Paulo, por exemplo, o número de roubos e furtos está associado a lugares com maior circulação e intensidade de fluxo de pessoas, não apenas as classes sociais. Assim sendo, esses crimes dependem do grande número de pessoas caminhando a pé, que se aglomeram nas ruas que oferecem comércio, serviços e possuem mais acesso a transporte público (Carvalho, 2020, p. 49), como procura mostrar o mapa na próxima página:

Mapa 3: São Paulo – Porcentagem média de roubo a transeuntes (2006 - 2017)



Fonte: NEV-USP a partir de SSP-SP & Geosampa. Org: Beatriz Oliveira de Carvalho, 2020

Mapa 4: São Paulo – Taxa média de roubos a transeuntes por 100 mil habitantes (2006-2017)

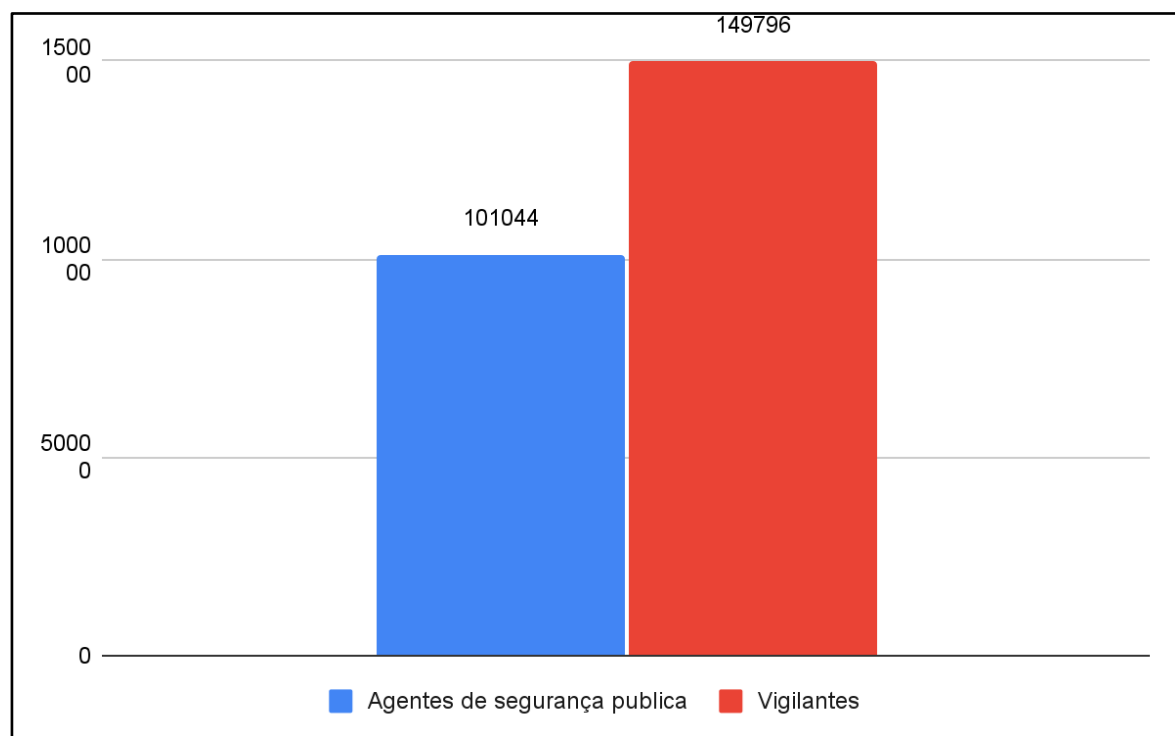


Fonte: NEV-USP a partir de SSP-SP e IBGE (1990-2010). Org: Beatriz Oliveira de Carvalho, 2020.

De tal forma, empresas e agentes públicos (incluindo representantes políticos) vão procurar aumentar a vigilância nesses locais de fluxo, podendo levar então aquela confusão dos territórios da vigilância pública/privada citada no capítulo anterior, da qual faz com que não seja possível delimitar as fronteiras de onde e quem está sendo vigiado e onde e quem não está, porém a instalação sendo priorizada em locais estratégicos.

Sendo assim é possível observar um aumento no número de empresas, mas também de vigilantes e outros funcionários da esfera privada de empresas de segurança. Caldeira (2000) nos informa que na década de 1990 o número de policiais, agentes da segurança de esfera pública, são a maioria, porém esse número agora é outro. Segundo o Anuário brasileiro de segurança pública (FBSP, 2021) o número de policiais militares ativos no estado de São Paulo é de 82.009 e de Polícia Civil de 19.035, somando 101.044 agentes da segurança pública. Já os vigilantes, agentes da segurança privada, somam um total de 149.796, sendo portanto um contingente 67,45% maior que os agentes de segurança pública.

Gráfico 8: Estado de São Paulo – Número de vigilantes e agentes de segurança pública (2021)

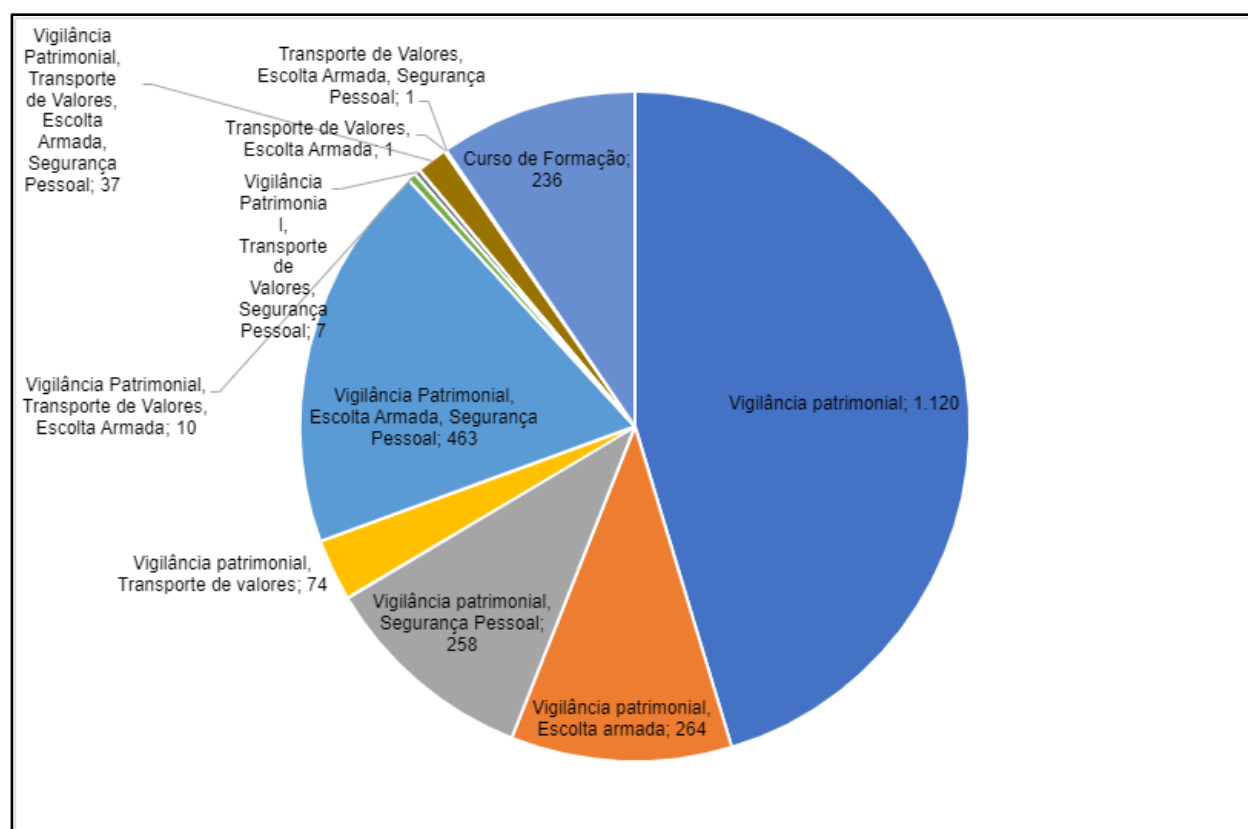


Fonte: FBSP (2021)

Essas empresas estão situadas em sua maior parte na Região Sudeste do território brasileiro: nesta Região havia no ano de 2021 um total de 256.025 vigilantes, representando 48,6% de todos os vigilantes do Brasil.

O trabalho desses vigilantes consiste, em sua maioria, na vigilância patrimonial ou na vigilância patrimonial e mais algum serviço incluso.

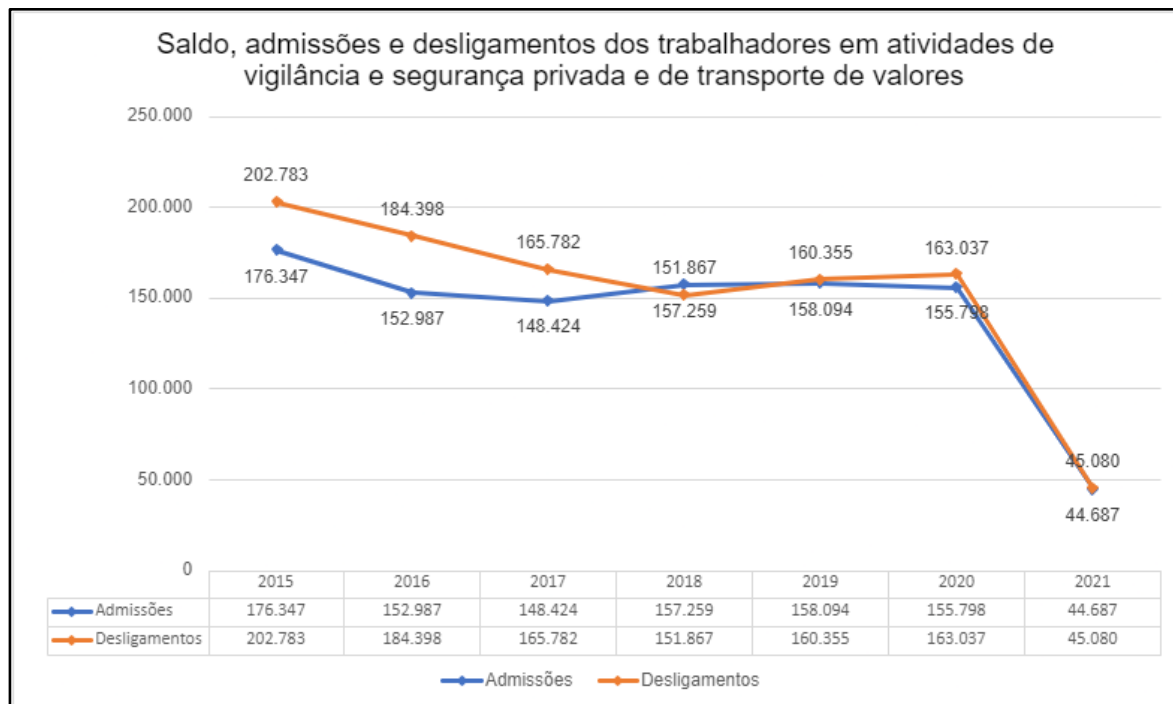
Gráfico 9: Brasil. Empresas de serviço de segurança privada por tipo de autorização (2020)



Fonte: FBSP (2021)

Os vigilantes são formados, em sua maioria, por homens (91%) com escolaridade de ensino médio completo (77%), apesar de o mínimo requerido ser de 4ª série do ensino fundamental completa; 69% deste contingente possui entre 30 e 49 anos, tendo seu salário normativo de R\$ 1.880,32. Contudo, o saldo da admissão de vigilantes vem decaindo, possivelmente, devido a substituição desses funcionários por equipamentos de segurança (Cubas, 2017, p. 173).

Gráfico 10: Estado de São Paulo – Saldo entre admissões e desligamentos de vigilantes (2015-2021)



Fonte: FBSP (2021)

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) estima que 50% dos vigilantes aptos a trabalhar estão desempregados ou não desempenhando a função. Uma das razões pode ser o próprio barateamento de equipamentos de segurança eletrônicos. Eles acabam tomando cada vez mais os destaques dos encontros e mesas de eventos das empresas focadas em segurança. A EXPOSHOW⁸ é um evento dedicado à exposição do que vem sendo oferecido pelas empresas na Exposec | Feira Internacional de Segurança. A Exposec, por sua vez, é a feira que acontece no Brasil buscando congrega essas empresas, e que acontecerá de 8 a 10 de junho de 2022; das 18 mesas que acontecerão, pelo menos 10 serão voltadas para serviços de segurança eletrônica e/ou *smart*. Ainda há temas e palestrantes a serem confirmados, como mostra o site da empresa⁹.

Isso demonstra como o assunto passa a ser central na discussão das empresas de segurança, contemplando o barateamento de tais tecnologias e aumentando sua difusão nos centros urbanos. Para esse ano as empresas de distribuição de serviços de segurança eletrônica se veem otimistas, segundo a

⁸ <https://exposec.tmp.br/16/programacao-exposhow-2022/>. Acesso em 20 jan. 2022

⁹ <https://exposec.tmp.br/16/programacao-exposhow-2022/>. Acesso em 20 jan. 2022

pesquisa de panorama das empresas privadas de segurança, realizado pela ABESE; segundo o documento, apenas 6,3% das empresas projetam 2022 como um ano desfavorável para o setor, enquanto 40,3% preveem um aumento de 6% a 15% para o setor. Em quase todas outras modalidades de prestação de serviço os números se assemelham quanto à projeção, inclusive na prestação de serviços.

Assim, vemos que a tendência da difusão dos equipamentos de segurança no cotidiano é aumentar e serem cada vez mais presentes no território urbano. Dessa forma, veremos que esse processo de securização continuará acontecendo, com a fragmentação entre público e privado dos serviços de segurança.

Como consequência desse processo de securização, Cubas (2017, p. 173) nos mostra que com o aumento das propriedades privadas fazendo uso desses serviços, as corporações privadas ganham “independência e autoridade que, na prática, excede até mesmo as atribuições das próprias polícias”, tendo guardas particulares realizando trabalhos de busca e apreensão em locais controlados pela segurança privada.

Outra consequência que surge com a expansão do processo de securização é a de que o que é definido para a atuação dessas corporações e forças privadas não é necessariamente o que é definido pela lei, mas sim o que é determinado pelo contratante e seus interesses (de acordo com o serviço contratado). Dessa forma, a atuação de vigilantes pode acabar por transpassar o trabalho que deveria ser realizado pela força pública, podendo haver muitos casos que sequer cheguem ao conhecimento dos policiais (e sequer sejam registrados nas estatísticas).

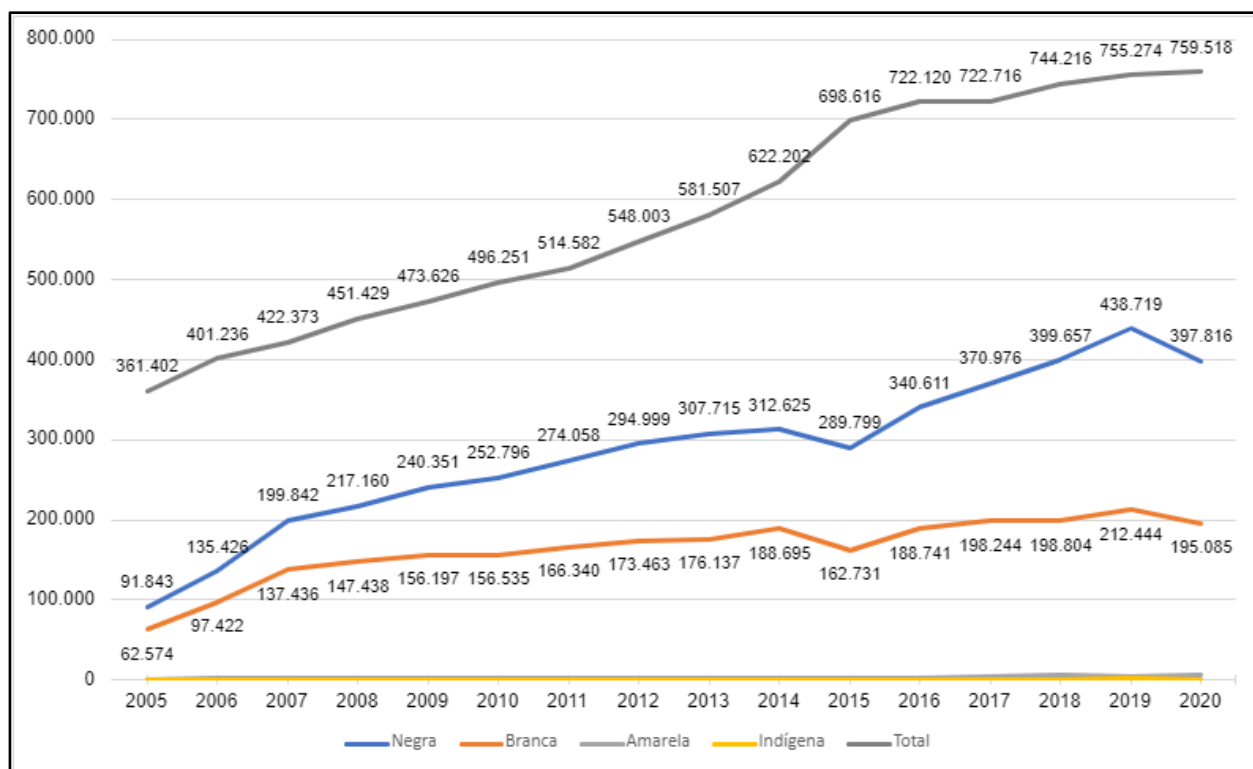
Podemos mencionar novamente o exemplo que Firmino (2017) apresenta sobre os conflitos e tensões provocados no espaço urbano, tensões dadas nas “fronteiras” mal delimitadas entre os territórios públicos e privados das cidades. Os aparatos de vigilância da segurança privada – junto com os serviços oferecidos – criam limites de ação “nebulosos” entre a atuação por parte da empresa privada e por parte da segurança pública. Isso se complica ainda mais em lugares onde há atuação mútua dos dois segmentos de segurança. Havendo então uma diferença no tratamento exercido pelas instituições, tanto a pública quanto a privada.

Exemplos desses casos são retratados por Caldeira (2000), autora que mostra ainda uma grande preocupação quanto ao cotidiano dos jovens. Os serviços particulares de segurança podem ser usados como uma extensão do controle dos pais no uso de droga por adolescentes, porém esses casos são resolvidos diretamente dentro dos condomínios. Haveria então uma diferença de como funcionaria a abordagem quanto à jovens usuários de drogas de uma periferia e moradores de condomínios fortificados.

Quando existe tal fragmentação, que provoca diferenças expressivas das formas de abordagem policial (que vão depender da classe social do abordado), fica mais fácil entender também o perfil de pessoas que acabarão sendo vítimas preferenciais do sistema prisional nacional. Esse perfil vem sendo construído ao longo da história do país, perfil que mostra também componentes claramente racistas e classistas, como já mencionado. Este perfil é um indicador também do racismo estrutural existente no Brasil, ou seja, o racismo está presente nas bases econômicas, políticas e subconscientes da normalidade das instituições brasileiras (Almeida, 2019).

Assim, “o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (Almeida, 2019, p. 33). As instituições então acabam por agir de modo racista pois a própria sociedade é racista. Além dos trágicos dados sobre a população negra trazidos nos gráfico 5, ainda contamos com a expressão racista dos números do sistema prisional, também reflexo da atuação das instituições de segurança de modo heterogêneo, de acordo com a raça e classe, como pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 11: Brasil – Evolução da população prisional por cor/raça (2005-2020)



Fonte: FBSP (2021)

Com este gráfico é possível identificar também que a população carcerária negra aumentou em 13,15% de 2005-2020, enquanto a população branca diminuiu em 18,3%. As populações amarela e indígena aumentaram, respectivamente, 46,8% e 9,6%, taxas que mostram crescimento, apesar dos números absolutos serem os menores. É claro que não é apenas a atuação da polícia o responsável pelo número destes aumentos, mas também a instabilidade e aumento da pobreza e da desigualdade social; contudo, os números que expressam o aumento da população carcerária negra, enquanto observa o decaimento da população branca, contribui para referendar a tese da existência do racismo estrutural e das instituições racistas no Brasil, já que a população branca é aquela que mora, em grandes proporções, nas áreas mais privilegiadas das cidades, e nos enclaves fortificados que contam com a segurança privada, tendo muitas vezes seus crimes sequer registrados.

Vemos então que há a criação por parte do Estado uma população de encarcerados, essa população sendo constituída em sua maior parte por pessoas jovens, pobres e negras. Também vemos que a maioria das vítimas dos crimes de morte violenta intencional são também jovens, negros e de baixa renda. Isso vai

ocasionar uma situação complexa, e que interfere também na ação das empresas que constituem o mercado da segurança.

A produção dessa situação é fundamental para a execução do processo de securização. É a partir dela que se dá a formação da subjetividade dos estereótipos do “outro”, que pode ser considerado como “problema” ou indesejável dentro dos condomínios fechados, causando a expansão dos condomínios fechados.

Ainda como consequência do processo de securização, surgem os serviços clandestinos, com uma ampla participação da força policial e sendo um dos maiores problemas enfrentados pelas empresas de segurança privada. Esse mercado clandestino reúne empresas e vigilantes não certificados e sem autorização para executar tal função, os principais serviços prestados por essas empresas clandestinas seriam o de seguranças e também o enfrentamento de sindicatos (Cubas, 2017, p. 174).

A atuação do serviço de segurança é feito principalmente por policiais, através dos “bicos”. Tal função é feita devido ao baixo salário dos funcionários públicos, necessitando de outros serviços para complementar a renda. Porém esses “bicos” possuem um impacto nos dados de mortes policiais, no estado de São Paulo, em 2020, das 49 mortes de policiais 24 aconteceram fora do horário de serviço (FBSP, 2021).

Em alguns casos, a atividade do “bico” acaba sendo mais rentável financeiramente ao policial do que seu cargo público, influenciando então em uma dedicação maior à atividade clandestina do que ao serviço policial. Contudo o cargo não é abandonado devido ao prestígio do reconhecimento por ser policial em comparação com um vigilante “comum” (Cubas, 2017, p. 176)

Conclui-se então que o processo de securização vai ser executado primeiramente no combate à criminalidade, proteção e vigilância dos seus usuários, contudo é possível identificar que vários efeitos secundários são produzidos junto com a expansão do processo. No que diz respeito à face urbana destes efeitos, os principais seriam o fechamento das pessoas de classe média e alta em condomínios fechados, enclaves fortificados, que vão causar uma segregação social, à busca pela moradia com os semelhantes, os homogêneos, e a procura de se isolar do “outro”, do heterogêneo vai mover toda a indústria de segurança.

Essa mesma indústria é alimentada por parte significativa da mídia, principalmente esta parte que reforça o estereótipo criado pelo sistema racista em que a sociedade foi construída, criando uma imagem subjetiva de quem seriam os “criminosos” na sociedade, reforçando o medo da classe média e alta. Contudo, a base social usada para a construção dessa mesma imagem do criminoso, compõe, na verdade, o grupo em que estão as maiores vítimas de violência direta no país.

O processo de securização confunde os limites do território público e privado e modifica as regras da sociedade quando o assunto é segurança. Há um tratamento diferenciado pelo mesmo ato quando os discursos produzidos envolvem classes e raças diferentes daquelas que são hegemônicas na sociedade. Os negros e os pobres são simbolicamente identificados como sendo “perigosos”, enquanto os brancos de classe média e alta não são penalizados com tanto rigor quando cometem atos semelhantes; ou quando são penalizados, são tratados tanto de forma distinta pelo sistema prisional e judiciário quanto pela mídia.

A pesquisa documental que realizamos identificou um exemplo que nos pareceu ser claro desta subjetividade racista que pauta os comportamentos de parte da mídia, e das próprias autoridades policiais. As figuras a seguir são manchetes que no fundo acusam um negro de ter roubado uma bicicleta de uma jovem na cidade do Rio de Janeiro; na verdade, a bicicleta era do próprio rapaz, e quando acham o culpado pelo referido crime, foi identificado que o ladrão era branco.

Figura 6: Manchete sobre caso de racismo em de roubo de bicicleta no Leblon em 2021

Polícia investiga caso de jovem negro que diz ter sido acusado de roubar bicicleta por casal branco no Leblon

Matheus Ribeiro, professor de surfe, afirmou que esperava a namorada quando jovem chegou perguntando se ele tinha roubado sua bicicleta. Polícia Civil disse que envolvidos serão ouvidos para esclarecer os fatos.

Por G1 Rio
15/06/2021 12h51 · Atualizado há 8 meses



Fonte: G1 Rio

Figura 7: Manchete da resolução sobre o caso de racismo no Leblon em 2021

RACISMO ESTRUTURAL

Racismo no Leblon (RJ): Identificado pela polícia, ladrão de bicicleta é jovem branco

Após falsa acusação a jovem negro, Tomás Oliveira e Mariana Spinelli estão sendo investigados pelo crime de calúnia

Redação
Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ) | 17 de Junho de 2021 às 13:33

Fonte: Brasil de Fato

Casos de racismo como esse não são isolados e certamente continuam a repetir-se no país inteiro e fora dele. Em alguns casos tem consequências fatais. Não à toa no ano de 2020 o movimento *Black Lives Matter* tomou comoção mundial após o assassinato de George Floyd, um homem negro assassinado em Minneapolis por policiais que o estrangularam até sua morte, o motivo foi por supostamente usar uma nota falsificada de vinte dólares em um supermercado. O caso todo foi filmado, levando a comoção mundial

Considerações finais

Conforme procuramos demonstrar nesta monografia, o processo de securização vem se expandindo no Brasil e no mundo, e junto com ele a difusão de uma psicoesfera e tecnoesfera baseada no medo e no sentimento de insegurança. Esse sentimento de insegurança é em grande propulsão pelas enormes desigualdades de renda e de classe existentes no país, mas também pela repulsa do “outro”. Esse “outro” é o heterogêneo, quando comparado com os padrões de vida das classes média e alta. Tem seu perfil construído a partir das operações das instituições com seu racismo estrutural e de parte da mídia, que usa das imagens de violência, proporcionadas pelo mercado de segurança, para ganhar audiência e também contribuir na construção da subjetividade do racismo estrutural.

A esfera das políticas públicas faz parte também deste complexo problema, e seus agentes se envolvem principalmente pelo fato de que a segurança se torna uma preocupação social, é acaba por ser também usada como palanque de votos, que envolvem por sua vez promessas de mais forças policiais nas ruas, e crescimento das ações de policiamento e vigilância. Contudo, a parcela da população que vai ser majoritariamente vigiada pelos aparelhos de segurança eletrônicos, pelos vigias e pela polícia são em sua maior parte aqueles que são estigmatizados por estes agentes hegemônicos, e seus sistemas técnicos de vigilância e repressão. Há então uma relação dialética em que o mercado da segurança produz os aparatos de segurança e, a partir deles, há o aumento da sensação de insegurança, que por sua vez vai aumentar novamente a necessidade de mais equipamentos. O processo de securização então se encontra numa trindade entre o *mercado da segurança*, o *mercado da informação* e a política.

No final, o processo de securização, apesar de ajudar em parte no combate a criminalidade, vai produzir uma maior segregação social, que irá resultar em uma cidadania ainda mais mutilada no país. Ainda, o processo de securização acaba comprometendo o serviço de segurança pública, aumentando a descrença em relação a sua eficiência e a incapacidade do Estado de garantir a integridade dos bens e das pessoas. Surgindo então o mercado privado como alternativa de suprir as deficiências do serviço público, formando então dois tipos de espaço, um em que há a atuação da polícia na aplicação da lei e outro em que há a gestão

privada, mediada por um contrato que traz as demandas de um grupo específico e que não atende aos interesses da sociedade (Cubas, 2017, p. 177).

Esta situação se dá não apenas pelo fato de no Brasil ser cidadão quem possui renda, mas também pelo fato de fomentar o racismo estrutural. Há cada vez mais a necessidade de uma luta anti-racista para com as instituições, há a necessidade de apoiar os movimentos sociais que combatem as desigualdades sociais, sejam elas por questões de raça, gênero, classe, moradia, direitos humanos ou qualquer outra demanda que parta daqueles que lutam pelo seu direito de ser cidadão no país. Esperamos que com esta pesquisa possamos ter, modestamente, contribuído para elencar alguns pontos importantes destas questões, sob um viés geográfico.

Referências Bibliográficas

- ABESE. Pesquisa Panorama do Mercado 2021. Disponível em <www.abese.org.br> . Acesso em 25 de junho de 2021.
- AGUILERA, A. V. Power, Territory, and Social Control of Space in Latin America. *Latin American Perspectives*, Issue 189, v. 40 n. 2, p. 21-34, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23466020>.
- AIRES, J. A POLÍTICA DO GROTESCO: Programas sensacionalistas como trampolins políticos. VI Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação, 2013.
- ALMEIDA, S, RIBEIRO, D. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
- BUTINA, G. The use of urban history in the design of local urban areas. In: *Urban Design Quaterly*, n 25º, 1987.
- CALDEIRA, T. P. R. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. (3a ed) Ed. 34; Edusp, 2011 (2000).
- CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 412-424, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.177180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/177180>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- CARVALHO, BEATRIZ OLIVEIRA DE. Atlas da dinâmica criminal em São Paulo (SP): roubos a transeuntes e de veículos. 2021.
- CRUZ, L. M. da. Morfologias urbanas do medo: a materialização da (in)segurança em bairros nobres do Recife. 103 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2010.
- CUBAS, V. O.. A expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo - novas tecnologias e velhos problemas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, p. 164-180, 2017.
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário brasileiro de segurança pública, 2020.
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário brasileiro de segurança pública, 2021.

- FARIA, D. R. Sem descanso: arquitetura hostil e controle do espaço público no centro de Curitiba. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná 2020.
- FIRMINO, R. J.. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na idade neoliberal. Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), 15(1), 23-35, 2017.
- FIRMINO, R.; DUARTE, F. Private video monitoring of public spaces: the construction of new invisible territories. Urban Studies, 53(4), p. 741-754, 2015.
- KLAUSER, F. R. (2010). Splintering Spheres of Security: Peter Sloterdijk and the Contemporary Fortress City. Environment and Planning D: Society and Space, 28(2), 326-340, 2010.
- LIRA, P. S. Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas (2a ed). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.
- MELGAÇO, Lucas de Melo. Securitização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-04022011-105832. Acesso em: 10 ago. 2021.
- MISSE, M. Violência e teoria social. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol.9, n.1, 2016. pp. 45-63.
- MORAIS, R de. O que é Violência Urbana. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116 p.
- NERY, M B, Souza, A A L de, e Adorno, S. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. Estudos Avançados [online]. 2019, v. 33, n. 97, pp. 5-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.002>>. Epub 2 Dez 2019. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.002>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção. 4a Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2017.
- SANTOS, M. Objetos e ações: Dinâmica espacial e dinâmica social. GEOSUL, n. 14 - no VII, 1992.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo. Edusp, 2014.
- SIMÕES-GOMES, Letícia; ROBERTO, Enrico; MENDONÇA, Jônatas. Viés algorítmico – um balanço provisório. Estudos de Sociologia, v. 25, n. 48, 2020

SOUZA, M.L. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPECK, J. Cidade Caminhável. São Paulo: Perspectiva S/A Editora, 2016.